

Revista Florestan

ISSN: 2357-8300

ANO 7, N. 10, VOL. 2
MAIO DE 2021
WWW.REVISTAFLORESTAN.UFSCAR.BR

A Revista Florestan é uma publicação semestral dos discentes de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. As opiniões expressas nos artigos e resenhas assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

CORPO EDITORIAL 2021

FLÁVIO BELLOMI MENEZES
GABRIEL LINO DE ALMEIDA
JULIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA
JÚLIA ARICÓ SAVAREGO
SAIMO HERNANDES CALMANOVICI PIGARI

ORGANIZAÇÃO DO DOSSIÊ

ADLA VIANA
ANA CECÍLIA OLIVEIRA CAMPOS

CAPA

GABRIELA DE JESUS

CONTATO

FLORESTAN.UFSCAR@GMAIL.COM

SUMÁRIO

05

EDITORIAL

DOSSIÊ

06

Apresentação

Ana Cecília Oliveira Campos

09

Introdução do Dossiê

Izabel Accioly & Tamires Cristina dos Santos

15

Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo

Fernanda A. J. Mariano

23

A raiva que me move

Bianca Moniche

27

Qual a vida possível após a morte?

Gabriela de Jesus

29

UMA LÍNGUA DE RESISTÊNCIA:
a raiva como artifício de
mudança

Carla Agnes Nunes da Silva

34

DECLARAÇÃO À RAIVA: Peças
de mim endereçadas

Sabrina Xavier

38

Raiva, ação e poesia

Ingrid Cerantola Jó

42

SOMANDO ENTRE DIFERENÇAS:
sobre a raiva aliada à luta

Larissa Lombardi Moreira

47

CIRCULAR ENTRE MUNDOS: A
prática da escrita e da pesquisa
enquanto Ferramentas Políticas

Tainá Souza Santos

RESENHAS

54

Irmã outsider: ensaios
e conferências

Caroline Serôdio

60

Mulheres, raça e
classe

Milena Dias

64

Sou sua irmã: escritos
reunidos e inéditos de
Audre Lorde

Stefanie de Almeida Macêdo

70

Olhares negros: raça e
representação.

Tanielly Rosária Santos Silva

EDITORIAL

O Corpo Editorial da Revista Florestan compreende a urgência de pesquisas que se desvencilhem de cânones das Ciências Sociais, e da Ciência como um todo, balizados por noções como a de neutralidade e que acabam por simplificar as relações de humanos e não-humanos com quem trabalhamos. O processo de decolonização também se dá na epistemologia de nossos estudos. Não basta falar sobre e nem inquirir uma pesquisa participativa que respalda-se nos mesmos princípios etno-eurocêntricos da produção de saberes.

Trabalhar com opressões e grupos marginalizados é sobretudo uma forma de refazer a história, ressoar vozes que por muito tempo encontravam-se silenciadas por uma produção científica branca e cis-heteronormativa, um estudo que sequer os reconhecia em par de igualdade, quando mencionados. Para estudar e pesquisar sobre opressões, é imprescindível tratar de sentimentos e sensações, transformar a vida cotidiana em teoria ativa capaz de fazer seu leitor se posicionar criticamente. Portanto também é dever de cientistas sociais estarem prontos para confrontar muito daquilo que foi a base de suas formações ao longo da graduação.

O Corpo Editorial da Revista Florestan fica extremamente animado com a publicação desta edição, que conta com o dossiê organizado pelas incríveis Ana Cecília Campos e Adla Viana, ambas vinculadas ao Laboratório de Experimentações Etnográficas (LE-E) e ao Instituto Mulheres e Economia (imuê). Admiramos o trabalho de recuperar uma autora como Audre Lorde e buscar trazer com sua leitura reflexões de graduandas, que ressaltam como a universidade e a produção acadêmica não se encontram tão descoladas da sociedade quanto dito, uma vez que têm seu ambiente também pautado por temas como machismo e racismo. Acreditamos que o objetivo

maior desta Revista, de ser um periódico editado por graduandas/os e voltado para a publicação de graduandas/os, foi alcançado aqui com sucesso ímpar. Às autoras e organizadoras, agradecemos pelas parcerias e por acreditarem na publicação.

No que diz respeito às resenhas publicadas após chamada aberta por este corpo editorial, temos o prazer de contar com quatro autoras de áreas diversas de conhecimento, como a antropologia, a psicologia e a história, reforçando o caráter interdisciplinar proposto na criação do presente periódico acadêmico. Entretanto, reforçamos também a importância de caminhar na direção de mudanças ainda mais profundas nos modos com que fazemos ciência, destacando a importância da transdisciplinaridade e da criação em conjunto com saberes de fora da academia. Acreditamos que a liberdade dos gêneros textuais apresentados no dossiê formalizam um primeiro passo nessa direção.

A universidade e a pesquisa devem nos orientar para acabar com opressões que por tanto tempo renovam a mesma história, com os mesmos protagonistas. É imprescindível nos posicionarmos contra essa cultura hegemônica, pois só assim a pesquisa e as ciências sociais serão capazes de comunicar de forma concisa e sólida seus estudos e manter sua relevância social. Na esteira sangrenta de acontecimentos recentes, como os assassinatos de George Floyd, Pedro Henrique e a chacina de Jacarezinho, é legítimo usarmos a raiva como instrumento potencializador na resposta contra o racismo. Nesse sentido, Audre Lorde e as autoras presentes nesta publicação têm muito a nos ensinar sobre como conciliar os interesses da militância com a produção acadêmica.

Desejamos uma boa e inspiradora leitura.

São Carlos, 10 de maio de 2021.

APRESENTAÇÃO

Ana Cecília Oliveira Campos¹

O Dossiê *Conversas com Audre Lorde* se propõe a colocar em diálogo o pensamento da autora, especialmente no texto “Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo” (Lorde, 2019 [1984]), com reflexões e experiências de jovens graduandas. Esse arranjo surgiu do desejo de que uma seleção para bolsista de extensão não se restringisse à análise curricular. A proposta, uma parceria entre o Laboratório de Experimentações Etnográficas (LE-E/ UFSCar) e o Imuê - Instituto Mulheres e Economia, indicou que as candidatas escrevessem uma breve reflexão a partir da potência que a raiva carrega (Lorde, 2019 [1984]). As reflexões que recebemos tratavam, sobretudo, de percepções de mulheres sobre as suas próprias raivas e sobre o universo acadêmico. Os textos indicavam que havia uma contribuição importante para pensar o lugar que certos corpos ocupam no ambiente acadêmico e a maneira como as autoras enxergam a possibilidade de estabelecer e ampliar alianças entre mulheres.

No momento seguinte, trabalhamos intensamente para expandir as discussões que se apresentavam de maneira incipiente na versão inicial dos escritos. Acompanhar esse processo foi algo especialmente belo pela identificação da escrita e da academia como ferramentas reflexivas potentes. Por vezes, a temática trouxe para nossas reuniões as memórias de experiências viscerais que nos compõem, as lutas de nossas ancestrais, os diversos lutos, lágrimas e sorrisos sinceros. Foi isso que Audre Lorde instigou nas autoras, uma escrita em que a academia, a poética e a vida se alimentam mutuamente. Fazer uma conversa com Audre Lorde, nesse sentido, chama para o texto as vozes de muitas mulheres, mães, avós, professoras, autoras e poetisas. Assim, o Dossiê reúne escritos experimentais em diálogos alimentados por muitas vozes.

A introdução de Izabel Accioly e Tamires Cristina do Santos localiza a obra de Audre Lorde no Brasil e apresenta um breve resumo de questões colocadas em textos célebres da autora. A composição continua com uma resenha de “Os usos da raiva: As mulheres reagem ao racismo”, preparada por Fernanda Mariano a fim de familiarizar as leitoras com noções do texto e pensar as contribuições de Lorde para a temática da interseccionalidade. Seguem-se, depois, os diálogos. Eles tratam da raiva em diferentes dimensões: como uma ferramenta de luta e de sua potência na construção de alianças, para Bianca Moniche; enquanto uma língua

¹ Doutoranda em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS/UFSCar). E-mail: a.cecilia.oc@gmail.com

de resistência, propõe Carla Agnes; auto-cura, sugere Sabrina Xavier; uma reação às violências do Estado enfrentadas por tantas mulheres, indica Gabriela Nunes, cuja escrita é fortemente influenciada por Carolina Maria de Jesus; uma potência para alimentar um feminismo que se proponha anti-racista, reflete Larissa Moreira; um alimento para a poética que entrelaça a crítica a uma sociedade racista, homofóbica e classista, apresenta Ingrid Cerantola.

Para cada uma dessas jovens graduandas, ler Audre Lorde — algumas pela primeira vez — mobilizou raivas ao mesmo tempo particulares e comuns a todas nós. Lorde (2019 [1984]) evidencia que certos sujeitos coletivos não são dados de antemão, são composições instáveis que se constituem contextualmente. “Nós” não tem sentido autoevidente, formula-se a cada nova aliança. Ter a lembrança que nós, as mulheres negras, deslocamos nossos medos e seguimos com as lutas das que nos antecederam é um alento. Não estamos sozinhas. Identificar que nós, as mulheres, podemos construir alianças entre as diferenças que nos integram nos permite olhar com potência para a raiva que emerge de nossas relações. Por fim, para nós pessoas LGBTQIA+, conhecer a história e a produção das que vieram antes nos permite imaginar futuros possíveis e sonhar com tempos generosos para as gerações seguintes.

Assim, os textos aqui apresentados produzem conexões entre tempos e experiências distintas. Embora os escritos partam de diferentes vivências, eles indicam proximidades insuspeitas. Como na produção de Lorde, as autoras evidenciam a poética e a política de nossos corpos, de nossos desejos e de nossa escrita. A escrita, negada às mulheres negras por tantas gerações, aparece como uma estratégia para sobreviver, (re)conhecer-se e significar experiências tão viscerais para além da lógica individual ou da culpa pessoal. Desejamos que Audre Lorde, assim como outras autoras negras, sejam cada vez mais frequentes em bibliografias de cursos e inspirem a escrita e a política das que desejam vislumbrar e construir coletivamente. Neste sentido, localizamos a importância desta publicação na Florestan, uma revista de graduação.

Esses ensaios não assumem caráter de análise afastada que com frequência acompanha produções científicas, também não conformam novos argumentos para a discussão dos estudos de gênero e de questões raciais. Ainda assim, publicá-los em uma revista acadêmica não é fortuito. As conexões que as autoras propõem evidenciam bem a relação entre vida e academia, tanto evocada por Audre Lorde. Essa não é uma relação que se restringe às mulheres negras. Pensar na complementaridade entre vida e a produção acadêmica, revela como essa relação não se reduz às mulheres. De fato, é exatamente a conexão entre vida e

academia que sustenta a prevalência de homens brancos entre os docentes de universidades. Os privilégios que garantem a ciência como um lugar propriamente masculinista e branco evidenciam como alguns se beneficiam desse imbricamento. Assim, os textos deste dossiê não pretendem encaixar-se naquilo que é esperado de uma publicação acadêmica e há potência no inesperado. Inspiradas em Audre Lorde, esperamos que esse formato instigue repensar o que conta como acadêmico.

É preciso dizer que a construção desse Dossiê foi um processo de muitas mãos. Agradeço à Adla Viana pela parceria na organização, às autoras pela insistência em seus textos, a Izabel Accioly e Tamires Cristina do Santos pela introdução e pelas discussões sensíveis; ao Instituto Mulheres e Economia (imuê) e ao Laboratório de Experimentações Etnográficas (LE-E), especialmente a Maíra Vale e Catarina Morawska, por se proporem a colaborações alimentadas por diferenças.

INTRODUÇÃO

TEORIA E ATIVISMO EM

AUDRE LORDE: quando a militância vai além da fala

Izabel Accioly¹
Tamires Cristina dos Santos²

O convite para compormos a escrita da introdução deste Dossiê intitulado “Conversas com Audre Lorde” nos chegou através de Ana Cecília Campos e Adla Viana Lima, duas estimadas companheiras na luta que fizeram parte da idealização desta edição e que conhecemos dentro do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos. Ao entenderem a importância de compartilharmos o conhecimento de autoria negra, elas realizaram essa ponte, e cá estamos. Agradecemos imensamente a proposta e gostaríamos de registrar que compartilhamos das mesmas intenções.

Antes de adentrarmos esse caminho, é preciso pontuar que a introdução deste Dossiê se escreve em meio à infecção pandêmica provocada pelo novo coronavírus (SARS-COV-2), agente causador da doença COVID-19, que tem acometido milhares de pessoas pelo mundo afora. Não cabe aqui promovermos um debate sobre a doença em si, tampouco sobre a ação ou inação por parte de nossos governantes para combatê-la. No entanto, é preciso situar o leitor e dizer que este vírus tem feito inúmeras vítimas, e que, no caso brasileiro, elas têm cor e lugar social bem demarcados. São filhos, pais, avós, primos e primas, netos e bisnetos que estão vivenciando de perto a experiência da perda, da dor e do luto sem que haja a chance ou a garantia de enterrarem seus mortos com dignidade. Nesse contexto atravessado pela negação de nossa humanidade, resistimos à medida que pensamos em outros mundos possíveis.

Adiante! Avancemos nessa proposta de pensar se um mundo diferente é possível. Um mundo que contemple a diversidade de existências e que a cor da pele preta não possa ser mais um marcador social da desigualdade racial que a tempos enfrentamos no Brasil. Estamos diante de um modelo de vida universalizante que privilegia a existência de uns em

¹ Mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos, mariaizabelaccioly@gmail.com

² Doutoranda e mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos. tamirescaleftat@gmail.com

detrimento da não-existência de outros. Dito isso, propomos uma provocação: quais poderiam ser nossas novas *inspirações* de leitura, ativismo e militância para compartilharmos de um mundo diferente, ou uma nova forma de pensarmos dentro deste que habitamos? Esta é a pergunta que precisa ser enfrentada para (re)criarmos o mundo e as possibilidades de futuro nele. E se nós te dissermos que uma dessas inspirações pode estar muito próxima, e que vem de uma mulher “Negra, Lésbica, Feminista, Guerreira, Mãe e Poeta”? Estas palavras eram frequentemente utilizadas pela ativista e militante Audre Lorde quando enxergava a necessidade de autoafirmar-se em meio à cultura hegemônica branca dominante que destituiu de humanidade todos(as) aqueles que descendem do continente africano. Compreender a trajetória de Audre Lorde é fundamental para que possamos entender sua composição teórica e ativista.

Audrey Geraldine Lorde ainda criança abriu mão da letra “y” do seu primeiro nome por acreditar que assim ele ficaria mais simétrico, como ela mesma conta em sua “biomicrografia” *Zami*, “uma nova grafia de meu nome”, livro publicado em 1982 que traz à tona suas memórias de infância. Nascida no ano de 1934, em Nova York, Estados Unidos, de uma família de imigrantes caribenhos, Audre Lorde cresceu no bairro do Harlem onde começou a escrever seus primeiros poemas.

Formou-se em biblioteconomia pela Universidade da Cidade de Nova York no ano de 1959 e durante a faculdade exerceu algumas funções para sobreviver, a exemplo de *ghostwriter*³. Entre a formação universitária e o mestrado na Universidade de Colúmbia, escreveu inúmeros ensaios tendo seus poemas regularmente publicados em coleções de trabalhos literários. Entre 1962 e 1970, Lorde foi casada com Edwin Rollins, com quem teve um filho e uma filha. Sua participação ativa dentro da comunidade LGBT ganhou maior destaque depois da publicação de seu primeiro livro de poesia, *The First Cities* de 1968.

Os anos que se seguiram foram de intensa produção e militância para Lorde, que tornou-se mundialmente conhecida como umas das principais expoentes do feminismo interseccional⁴ afro-americano. Ao separar-se, Audre Lorde assumiu uma relação com a professora de psicologia Frances Clayton, com quem viveu um relacionamento interracial até o ano de 1989⁵.

³ Escritor fantasma.

⁴ A teoria da interseccionalidade forjada pela advogada ativista negra Prof.^a Dr.^a Kimberlé Williams Crenshaw, nos anos 1980, dava ênfase à política feminista promovida por mulheres negras que ocorria ao menos desde a chamada primeira onda do feminismo: pontuando os atravessamentos identitários da opressões de raça, gênero e classe a partir da experiência das mulheres negras ao reafirmarem a hierarquia de opressão à qual eram submetidas através de uma concepção de sujeito unitária e universal que relegava o problema racial a exclusividade da mulher negra.

⁵ <https://bazardotempo.com.br/autores/audre-lorde/>

Ainda é importante destacar sua proximidade com o movimento de mulheres negras lésbicas alemãs entre os anos de 1984 e 1992. No período em que esteve na Alemanha, Audre Lorde caminhou conjuntamente com as mulheres negras deste país discutindo a importância da tomada de consciência negro-alemã a partir da escrita, da arte e da poesia. Este permaneceu sendo seu lugar permanente de luta contra o racismo até sua morte em 1992⁶.

De certo, seu legado na poesia é entrelaçado com a luta pelos direitos das mulheres negras e lésbicas. Outras temáticas como a questão racial, o feminismo e a sexualidade estão garantidamente presentes em toda a sua produção teórica e ativista. Audre Lorde questionou feministas brancas e burguesas dos anos 1960 por relegar o problema do racismo apenas às mulheres negras, criticando as feministas brancas que atribuíam suas experiências às mulheres de classe média branca, o que nunca foi uma realidade para as mulheres negras.

No movimento de lésbicas ela era negra. No movimento negro ela era mulher. A sensação de deslocamento provocada por sua existência foi a condição necessária para escrever textos como “Não existe hierarquia de opressão” (Lorde, 2020 [1981]). Neste trabalho, conciso e direto, Lorde relata que costumava ser percebida como um ser “desviante, difícil, inferior ou simplesmente 'errada'” (Lorde, 2020 [1981]). Experimentar o machismo, o racismo e o heterossexismo a levou a teorizar o meio pelo qual as formas de opressão partem de uma mesma fonte: a falsa convicção de superioridade de um grupo sobre outros. Deste modo, era imprescindível que a luta contra as opressões não desvinculasse umas das outras — assim como as opressões se associam, as lutas também devem estar associadas. Para Lorde, a liberdade só será possível para uma quando for possível para todas.

O modo como observava as matrizes de opressão era profundamente marcado por sua posicionalidade. Estar em contato com essas violências ao longo de sua trajetória proporcionou a Audre Lorde construir uma análise relevante tanto teoricamente quanto politicamente. De suas contribuições, destacamos a fala “*As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa grande*” (Lorde, 2019). Nela, a autora relata as tensões ocorridas em uma conferência do Instituto de Humanidades da Universidade da Cidade de Nova York e aponta todas as lacunas que tornam o debate sobre a teoria feminista incompleto. Em sua fala, aponta o racismo das feministas brancas e todas as incoerências presentes na organização do evento, além do modo essencializante com que tratavam a categoria mulher, apagando nossa diversidade.

⁶ Documentário: “Audre Lorde — Os anos em Berlin — 1984 a 1992”, dirigido pela diretora alemã Dagmar Schultz, o filme documenta o legado duradouro de Lorde no país.

Em suas palavras, “mesmo que haja desconforto, mesmo que a reação das mulheres brancas seja defensiva, nossa voz importa e deve ecoar” (Lorde, 2019, p. 52). Lorde nos adverte que o nosso silêncio não nos protege. Politicamente, este é um ensinamento muito importante para nós, mulheres negras. Ao longo de nossas vidas, quando confrontadas com o racismo, somos levadas a acreditar que devemos nos calar, que não adianta gritar, que seremos capturadas por imagens de controle (Collins, 1999). Evitamos ser enquadradas como “a mulher negra raivosa” e, por isso, algumas de nós decidem baixar a voz ou até mesmo se calarem. Esse silêncio nos trai, e serve apenas para manter as estruturas desiguais intactas. Para que aconteça a transformação que nós queremos, é necessário converter esse silêncio na fala, nos atos.

Nos manifestar, entretanto, não é fácil. Em “*Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo*” (Lorde, 2019, p. 155), um dos capítulos de *Irmã Outsider* (2019), Audre Lorde fala a partir de um lugar que conhecemos bem: a raiva como reação ao racismo. Mulheres negras são ensinadas a reprimir a raiva ou direcionar esta raiva a quem não é devido. Lorde nos lembra que a raiva é uma reação legítima ao racismo. Ela deve ser manifestada e percebida por quem está ao redor. No início do capítulo, narra brevemente alguns episódios de racismo ocorridos em ambiente acadêmico. Este racismo se manifesta em interrupções, silenciamento, apagamento, negação, falta de representatividade, performance de uma falsa fragilidade branca e medo branco. Amenizar nossa raiva para poupar mulheres brancas que alegam fragilidade é improdutivo. A nossa raiva precisa ser sentida. Por nós e por quem a desperta.

Quando mulheres brancas têm suas ações racistas expostas, em geral, buscam desqualificar a denúncia ou a denunciadora. Desqualificam a denúncia quando dizem que estamos “dividindo o movimento feminista”. Uma das estratégias para desqualificar as denunciadoras é apontar para a raiva que as mulheres negras sentem como algo ilegítimo. Há um policiamento de tom (Cross, 2015) nos informando que se falarmos alto perderemos a razão, portanto, devemos ser “educadas” e “pacíficas”. Em geral, este policiamento silencia e animaliza mulheres negras. A “neguinha atrevida” a quem Lélia Gonzalez (1983) se refere na epígrafe de abertura do texto “*Racismo e sexismo na cultura brasileira*” é uma mulher negra que não se deixa intimidar pelos títulos, pelas formalidades acadêmicas e questiona onde está o seu lugar na mesa.

A leitura do pensamento de Audre Lorde ainda nos anos iniciais de formação acadêmica é importante e enriquecedora para a trajetória das estudantes de graduação que compõem este dossiê. Estudantes negros e negras se beneficiam da teoria crítica de Lorde para pensar o modo como suas trajetórias contribuem para a construção de um pensamento

crítico. Estudantes brancos e brancas podem se valer desta mesma teoria para refletir sobre a reprodução do racismo em ambiente acadêmico e nos espaços políticos de reivindicação de direitos. O momento é oportuno para a popularização: recentemente, a obra de Audre Lorde vem sendo traduzida⁷ e publicada em português. Este dossiê contribui também para a circulação do pensamento de Audre Lorde e a difusão de suas contribuições políticas e teóricas.

Portanto, inspiradas por estas linhas, gostaríamos de reforçar nosso convite inicial. Qual seja, darmos uma resposta a essa ânsia por um mundo mais compreensivo que respeite e valorize a diferença. Os escritos de Audre Lorde não significam um caminho único possível, mas devem servir de inspiração para aqueles que assim como nós almejam por alguma mudança.

Aos estudantes dos cursos de graduação, mas não somente a eles, desejamos fôlego e iniciativa, assim como tiveram anos atrás um grupo de alunos e alunas do curso de graduação em Ciências Sociais ao criarem a Revista Florestan inspirados pelo mestre Florestan Fernandes⁸.

REFERÊNCIAS

CROSS, Katherine. **Words for Cutting: Why We Need to Stop Abusing “The Tone Argument”**. Feministing, 2015. Disponível em: <http://feministing.com/2015/04/23/words-for-cutting-why-we-need-to-stop-abusing-the-tone-argument/>. Acesso em 17 jan. 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura Brasileira**. In: SILVA, Luiz Antonio. *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. ANPOCS. Brasília, 1983.

HILL, Collins Patricia. **Mammies, matriarchs, and other controlling images**. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*, p. 51-75, 1999.

LORDE, Audre. **“As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa grande”**. In: LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e outras conferências*. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 135-154.

_____, Audre. **"Não existe hierarquia de opressão"** In: *Sou sua irmã*. São Paulo: Ubu Editora, 2020, pp.63-65.

⁷ Stephanie Borges é jornalista, poeta e tradutora. Tem se dedicado a traduzir importantes obras de feministas negras para o português e contribuído para a disseminação de ideias de intelectuais como Audre Lorde e bell hooks.

⁸ Este autor possui uma relação afetiva com a Universidade Federal de São Carlos que conta com todo seu acervo pessoal na biblioteca Florestan Fernandes.

_____, Audre. **“Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo”**. In: LORDE, Audre. *Irmã outsider: ensaios e outras conferências*. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 155-167.

_____, Audre. **Zami: Uma nova grafia de meu nome** (Watertown, MA: Persephone Press, 1982).

LORDE, Audre. Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo. *In*: LORDE, Audre. **Irmã outsider**. 1. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2019 [1984]. cap. 12, p. 155 - 167. ISBN 9788551304311

RESUMO

Esta resenha participa do dossiê *Conversas com Audre Lorde*, publicado pela Revista Florestan - da graduação em Ciências Sociais da UFSCar. O texto inicia-se com um breve resumo biográfico e bibliográfico da pensadora lésbica-feminista. Em seguida, apresenta-se a obra resenhada evidenciando seus argumentos em torno da articulação de diferenças; para tanto, debate-se os usos da raiva, a culpa e as representações na luta antirracista, bem como a incorporação da autora ao contexto brasileiro.

Palavras-chave: Antirracismo; Diferença; Interseccionalidade; Raiva; Representação.

Fernanda A. J. Mariano¹

Recentemente traduzido para o português no livro *Irmã Outsider* (2019 [1984]), *Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo* é um dos quinze ensaios e conferências organizados de forma inédita no livro *Sister Outsider* (1984) da escritora e ativista Audre Lorde. Audre Geraldine Lorde (1934 - 1992) foi uma mulher preta caribenha-americana, mãe, lésbica, poeta e acadêmica, seus poemas e ensaios tornaram-se internacionalmente conhecidos no meio lésbico e nos movimentos feministas anglofonos ainda na década de 1960. A princípio, suas ideias circulavam em conferências, panfletos, zines, e revistas independentes, tendo o primeiro livro de poemas *The first cities* publicado somente em 1968. Até mesmo, a versão original de *Os usos da raiva* foi uma palestra que Lorde apresentou na 3ª Conferência Nacional da Associação Nacional de Estudos das Mulheres², realizada em 1981, em Connecticut, nos Estados Unidos. A publicação do ensaio insere-se no contexto posterior à conclusão do livro *The Cancer Journals* (1984) — em que a poeta trabalhou após o diagnóstico de câncer de mama —, e pode representar o momento de seu engajamento com os usos dos *afetos*.

Em *Os usos da raiva*, Audre Lorde nos apresenta algumas reflexões sobre a capacidade da raiva de ser canalizada e transformada em força de resistência e luta, tanto no cotidiano das mulheres negras quanto no ativismo feminista, e como o medo e a culpa são terrenos áridos para a comunicação e a transformação social. Escrito em primeira pessoa, com

¹ Graduanda em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), membro do grupo de pesquisa Transnacionalismo Negro e Diáspora Africana. Email para contato: marianofernanda@estudante.ufscar.br .

² A *National Women's Studies Association* é uma importante organização de pesquisadoras, educadoras e ativistas feministas de todo os EUA, com sede em Chicago, e desde a sua fundação em 1977 promove anualmente uma conferência para discutir pautas relevantes da agenda e dos estudos feministas (Ver <https://www.nwsa.org/>). *As mulheres reagem ao racismo* é subtítulo do capítulo em questão, e também nomeou esta edição da conferência onde foi proferida a palestra. Essa convergência parece indicar a relação entre raiva e poder, como as que a autora exemplifica de formas diversas durante todo o discurso, e estará amostrada neste trabalho.

tom de manifesto, o texto trata de racismo e homofobia³ dentro (e fora) das organizações feministas, de forma insubmissa e inovadora, busca articular as diferenças da categoria mulher a partir do uso informativo e impulsionador que atribui à raiva.

Portanto, ela nos convida, por meio de (des)construções de estereótipos e de debates localizados, a abraçar o potencial reativo da raiva umas das outras, de modo que essa coalizão entre mulheres seja promissora no combate ao racismo, *sexismo* e homofobia. Pois, as mulheres reagem ao racismo com raiva; e a raiva expressa e traduzida em ação para com os ideais feministas só pode resultar em empoderamento mútuo. Por exemplo, diante das acusações feitas por mulheres brancas de que a raiva das mulheres negras seria o motivo pelo qual aquelas não conseguem nos ouvir, Lorde (2019 [1984], p.156) questiona: “Mas é o meu jeito de falar que a impede de ouvir ou a ameaça de uma mensagem de que a vida dela pode mudar?” . A raiva, ao passo que informa algo de nossas especificidades, também permite aprender sobre essas diferenças e reagir ao racismo de maneira criativa, para além da culpa e culpabilização.

A raiva da qual Lorde trata é a do racismo e das distorções raciais da sociedade *moderna* capitalista, mas não só. Fala também da raiva que sentimos quando a raiva de outra mulher nos confronta às verdades estabelecidas, aos privilégios não questionados, à postura defensiva, aos silêncios e silenciamentos. Neste sentido, a culpa deve ser superada para que sejamos capazes de ouvir e aprender com a raiva de outra irmã. Esse cenário se justifica devido aos interesses patriarcais que mulheres não expressem suas raivas e se percam na impotência causada pelo medo da retaliação, assim como, na objetificação da *cegueira racial*⁴.

A culpa tem sido o *calcanhar de Aquiles* das mulheres brancas que se propõe a reagir ao racismo, conforme argumenta, essa não é uma reação à raiva, mas sim “uma reação às próprias ações ou inações.” (Lorde, 2019 [1984], p.162). E pode tanto se parecer com medo e impotência como aparecer na forma de subordinação e/ou culpabilização das mulheres negras. Os sistemas racial, de gênero⁵, heterossexual e capitalista trabalham simultaneamente através do ódio à diferença, cooptando pessoas para dificultar as chances de mobilização entre os pares. Como Lorde evoca, a própria raiva pode tornar-se um campo fértil:

Fomos criadas para ver qualquer diferença para além do sexo como um motivo para a destruição, e o fato de as mulheres negras e brancas enfrentarem as raivas umas das outras sem rejeição ou rigidez ou silêncio ou culpa é, em si, uma ideia herética e fértil. (Lorde, 2019 [1984], p. 161)

³ O que também pode ser lido como LGBTfobias.

⁴ No caso do Brasil, da democracia racial (CARNEIRO, 2003, 2011).

⁵ Ou *Cisgênero*. Ver *Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial* (2015) por Viviane Vergueiro.

Se a raiva entre mulheres não é capaz de nos destruir, a recusa em escutar as outras e aprender com elas, certamente é. Este tipo de atitude defensiva, como a recusa, pode suprimir a comunicação e impedir o desenvolvimento de estratégias para lidarmos com a raiva de outras mulheres. O desejo das mulheres brancas, que *mulheres de cor*⁶ as ajudem a lidar com suas raivas, é apenas outra forma de objetificação criada no sistema racial, que submete mulheres negras à subserviência indefinidamente. Logo, conclui Lorde,

Não conheço nenhum uso criativo da culpa, a de vocês ou a minha. A culpa é só outra forma de evitar ações bem-informadas, de protelar a necessidade premente de tomar decisões claras, longe da tempestade que se aproxima e que pode tanto alimentar a terra quanto envergar as árvores. (Lorde, 2019 [1984], p.163).

A raiva, essa sim, é uma reação apropriada às atitudes racistas porque pode ser convertida em poder e canalizada para ações dirigidas à transformação da realidade. As mulheres não-brancas, em particular as mulheres negras, ao longo da história e da vida social têm construído uma relação de aprendizado com a raiva; que precisou ser instrumentalizada para que não fossem destruídas pelas opressões do cotidiano. Deste modo, fomos nós, as *mulheres de cor*⁷ que a utilizamos como fonte de energia para a sobrevivência, no entanto, todas as mulheres possuem “... um arsenal de raiva bem abastecido que pode ser muito útil contra opressões, pessoais e institucionais, que são a origem dessa raiva.” (Lorde, 2019 [1984], p.159). Aprendam a usá-la e a encará-la de forma construtiva e empoderadora: acolhendo as diferenças, rompendo com os silêncios e superando a culpa, só então, seremos livres todas nós.

No Brasil contemporâneo, os escritos de Audre Lorde tornam-se atuais, pois, está em voga a pauta do antirracismo, assim como o papel de pessoas brancas antirracistas nessa luta: desde o início dos anos 2000, com a emergência dos estudos sobre branquitude, o lugar dos sujeitos brancos vem sendo problematizado e “[...] as abordagens sobre branquitude vão se tornando mais complexas, diversas e contextuais” (Carreira, 2018, p. 132). Há alguns anos, a educadora feminista Denise Carreira — uma mulher branca — publicou um artigo intitulado *O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista* (2018). Nele discute três aspectos principais da chamada identidade racial branca: a *Fragilidade Branca*⁸, a branquitude e o privilégio

⁶ Segundo a socióloga indiana Avtar Brah, em contextos de diáspora “o termo não era um simples termo descritivo. Tinha sido o código colonial para uma relação de dominação e subordinação entre o colonizador e o colonizado.” (2016 [1992], p.335). Ele era utilizado por pessoas brancas para se referir a toda e qualquer pessoa que apresentasse “não-brancura”, o que demonstra o caráter racializante e simplificador da expressão.

⁷ Enquanto que, segundo a mulherista afro-americana Alice Walker (1983 *apud*. COLLINS, 2000,) a expressão representaria uma possibilidade de solidariedade e a totalidade das pessoas de todas as cores (“raças”) juntas, “unidas em grupos autônomos de autodeterminação” (tradução nossa, p. 42). Esse é o uso que Audre Lorde faz do termo (LORDE, 2019 [1984]).

⁸ Segundo Rubin Diangelo, outra educadora branca estadunidense e antirracista, “a Fragilidade Branca se caracterizaria como um estado em que até mesmo uma quantidade mínima de estresse racial se tornaria

branco, questões muito próximas às apontadas por Lorde no que tange à culpa das mulheres brancas e à objetificação/culpabilização de pessoas não-brancas. E, portanto, mediante a essa revisão de literatura nacional e internacional sobre o tema (Cf. *ibidem*), é possível perceber o pioneirismo da obra ensaística de Audre Lorde com sua abordagem crítica, além de interseccional, da branquitude antirracista.

Audre Lorde foi uma pensadora da diferença. *Os Usos da Raiva* destaca o potencial articulador da diferença através do uso das emoções como fonte de agenciamentos feministas (Lorde, 1981; Musser, 2014). Seu pensamento e obra influenciaram o desenvolvimento do que a professora afro-americana Kimberlè Crenshaw (1989) chamou de *Interseccionalidade*. Mas também reverbera em outros contextos da diáspora africana, como, por exemplo, o artigo *Descolonizando a raiva: a teoria feminista negra e a prática nas universidades do Reino Unido* (2018) da socióloga caribenha Shirley Anne Tate — publicado recentemente em português.

A Interseccionalidade é uma ferramenta feminista negra de análise teórico-metodológica que evidencia as relações entre duas ou mais marcas da diferença e, com isso, busca analisar as consequências dos entrecruzamentos de opressões e dos privilégios estruturais (Crenshaw, 1989). Ela foi desenvolvida com intuito de auxiliar a comunidade diaspórica, incluindo a comunidade científica feminista e antirracista, no combate às injustiças sociais (Crenshaw, 2002).

Segundo Patrícia Hill Collins (2017), esse paradigma tem sido amplamente utilizado e difundido pela epistemologia feminista negra. Contudo, o feminismo branco, acadêmico, em sua diversidade de abordagens (materialista, liberal, *queer*, etc.), ainda tende a reproduzir as distorções criadas no sistema racial, fracassando em seu projeto de emancipação das mulheres — visto que as experiências de mulheres não-brancas (e/ou lésbicas e/ou pobres) raramente estão representadas naqueles discursos (Lowenkron; Vianna, 2018). Para a feminista negra Carla Akotirene, autora do livro *Interseccionalidade* (2018), o que falta às mulheres brancas no combate ao *cisheteropatriarcado* colonial é o abandono do universalismo e a superação de uma *sororidade* que tem na assimilação o ingresso para o reconhecimento. Desse modo, Akotirene também centraliza a interseccionalidade como instrumento para a desmistificação da *mulher universal* e como crítica ao imperialismo nas ciências sociais — o qual

intolerável, desencadeando uma série de movimentos defensivos. Esses movimentos incluem a exibição externa de emoções como raiva, medo e culpa, e comportamentos como: a argumentação para desconstruir a importância do assunto e dos interlocutores; a não disposição para enfrentar a conversa ou simplesmente a fuga da situação indutora de estresse. Esses comportamentos, segundo a autora, acabariam funcionando para restabelecer o equilíbrio racial branco e o conforto racial.” (2018 *apud*. CARREIRA, p. 130, 2018).

deslegitima a relevância das epistemologias feministas negras e/ou lésbicas, assim como, um dia foi o tratamento dado a epistemologia feminista branca hegemônica (ibidem.; CONNELL, 2012; op. cit., 2018).

Não obstante, no Brasil, o pensamento de Audre Lorde ainda é pouco difundido: em parte porque a tradução especializada de sua produção só vem ocorrendo no tempo presente (Almeida, 2017, 2020)⁹. Por outro lado, tanto o debate dos diferentes posicionamentos do sujeito nas relações sociais — como vimos — quanto a discussão em torno do estereótipo de *mulher negra raivosa* — a seguir — são questões latentes na sociedade brasileira (Ribeiro, 2018). Por isso, defendemos o valor representativo de seus escritos no processo de humanização das mulheres negras — pauta central do feminismo negro brasileiro (Akotirene, 2018; op. cit., 2018).

Neste sentido, o texto de Audre Lorde apresenta algumas hipóteses para a desconstrução do estereótipo *raivosa* que paira sobre as mulheres negras, internacionalmente. Recentemente Shirley Tate (2018) outra feminista negra — decolonial — tematizou tais argumentos. Quem constrói a *mulher negra raivosa* é o pensamento colonial da branquitude e os agenciamentos racializantes produzidos pela dificuldade que pessoas brancas têm de responsabilizar-se por “Mi vex” (ibidem, p. 190). A expressão jamaicana *Mi vex* pode ser traduzida como “estou com raiva” ou “chateada” e a pesquisadora defende o seu papel crítico ao deslocar a raiva das mulheres negras para fora de seus corpos: o termo é repetido como reclamação, de modo que sirva de “ferramenta analítica para descolonizar o saber, a atitude, o afeto, a prática e as construções anti-mulher-negra do feminismo do (a) homem(ulher)” (Cheng, 2001; Trouillot, 1995 *apud. ibidem.*, p. 186). A partir do pensamento feminista negro, então, são construídas identidades ou representações alternativas àquelas cujos sujeitos estão fixados a uma ou outra categoria *substativa*, universal e intransponível (Collins, 2016; Hall, 2006, 2016; Lorde, 2019).

Os usos da raiva, bem como *Usos do erótico: o erótico como poder* (2019 [1984]) e *A transformação do silêncio em linguagem e ação* (2019 [1984]), compõe de forma exemplar o legado do afeto que o pensamento lésbico contemporâneo atribui a Audre Lorde (Cordeiro; Lemos, 2018); e o qual também participa a epistemologia feminista negra, a partir do uso da subjetividade como locús privilegiado para construção de novos imaginários sociais (Collins, 2018). Nesse sentido, o texto apresenta a articulação entre raça, gênero e sexualidade como

⁹ Ver:

[//www.em.com.br/app/noticia/cultura/2020/08/08/interna_cultura,1174247/inedita-ate-o-ano-passado-obra-de-audre-lorde-ganha-o-brasil.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2020/08/08/interna_cultura,1174247/inedita-ate-o-ano-passado-obra-de-audre-lorde-ganha-o-brasil.shtml). Acesso em: 20/11/2020.

um caminho de e para emancipação de todas as mulheres, por meio do uso da raiva como fonte de empoderamento bilateral. Por conseguinte, para o pensamento lésbico contemporâneo, bem como para o feminista negro, esse é um *clássico* indispensável para aquelas que buscam ferramentas para reivindicar seus sentimentos e apreender com eles; o autoconhecimento e o reconhecimento do *Outro* exige que o silêncio seja transformado em linguagem e ação. É necessário que cada uma de nós se responsabilize por seu papel nessa transformação — porque sou negra, sou lésbica, porque sou quem sou: uma intelectual negra e lésbica fazendo o meu trabalho — “então pergunto: vocês têm feito o trabalho de vocês?” (Lorde, 2019 [1984], p. 53).

Sendo assim, insistimos na relevância d’*Os usos da raiva*, bem como do próprio livro *Irmã Outsider*, haja vista a potência de tais escritos como modos de pensar e agir fecundamente em direção à mudança social. Sobretudo, porque representa o lugar central dos afetos na (des)construção dos significados sociais, como também o papel da diferença enquanto relação social — através de uma perspectiva feminista negra e lésbica *clássica*, embora tão atual (Brah, 2006; Collins, 2016; Hall, 2016).

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: **Polém**, 2019. 150 p.

ALMEIDA, Valéria L. Políticas de tradução e escrita literária negra. **Translatio**, Porto Alegre, n. 13, p. 201-214, 13 jun. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/translatio/article/view/71601/42049>. Acesso em: 23 nov. 2020.

_____. O pensamento de Audre Lorde. **Sapatão amiga**, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/pdJDYJ9gFxU>. Acesso em: 23 nov. 2020.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. In: **Cartografias de Diáspora: Contestando identidades**. Trad. Cadernos Pagu. Campinas, n.26, pp. 329 - 376, jan./jun. / 2006.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acessado em: 23 nov. 2020.

_____. Mulheres em Movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, set./dez. 2003. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

CARREIRA, Denise. O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista. **SUR : Revista Internacional de Direitos Humanos**, São Paulo, v. 15, n. 28, p. 127-137, 2018. Disponível em:

<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-denise-carreira.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Soc. estado*. [online]. 2016, vol.31, n.1, pp.99-127. ISSN 0102-6992. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>.

_____. Distinguishing features of Black Feminist Thought. In: **Black Feminist Thought: knowledge, Consciousness, and the politics of empowerment**. (2nd. Ed.) New York & London: Routledge, pp. 21 - 43, 2000.

_____. Epistemologia feminista negra. In: COSTA, J. B.; TORRES, N. M.; GROSFUGUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. v. 1, p. 139- 170. ISBN 978-85-513-0337-5.

_____. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6 - 17, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/559>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CONNELL, Raewyn. O império e a criação de uma ciência social. In: **Contemporânea - Revista de Sociologia da Ufscar**, v.2, n.2, 2012.

COSTA, J. B.; TORRES, N. M.; GROSFUGUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018 (Coleção Cultura negra e Identidades). p. 366. ISBN 978-85-513-0337-5.

CRENSHAW, Kimberlé W. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989. pp. 139-167.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 2002. 10 (1): 171-188. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acessado em: 23 nov. 2020.

DIANGELO, Robin. *White Fragility: Why It's So Hard for White People to Talk About Racism*. 1. ed. London: **Penguin**, 2019. 165 p.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. 1. ed. rev. Rio de Janeiro: **PUC-Rio**, 2016. 260 p. ISBN 9788580061956.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Sovik Liv (Org.), Trad. Adeliene La guardiã Resende et. al. 1ª Ed. atualizada, 1ª Reimp., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

_____. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 11. Ed., Rio de Janeiro: **DP&A**, 2006.

MUSSER, Amber Jamilla. *Sensational flesh: race, power and Masochism*. New York; London: **New York University Press**, 2014.

LEMONS, Ana Carla da Silva; CORDEIRO, Nathalia Christina. *Pensamentos e resistências lésbicas feministas, dialogando com teorias clássicas, contemporâneas e movimentos lésbicos*.

Cadernos de gênero e diversidade, Salvador, v. 4, n. 2, p. 57-65, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/26703/16054>. Acesso em: 23 nov. 2020.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e em ação. *In*: LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. 1. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2019 [1984]. p. 51-55.

_____. Os usos do erótico: o erótico como poder. *In*: LORDE, Audre. **Irmã outsider**. 1. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2019 [1984]. cap. 5, p. 67 - 74.

_____. Sister outsider. New York: **The Crossing Press**, 1984

_____. The Cancer journals. Argyle, NY: **Spinsters Ink**, 1980.

_____. The first cities. 1. ed. New York: **Poets Press**, 1968. 32 p.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro?. 1. ed. São Paulo: **Campanhia das Letras**, 2018. 148 p. ISBN 9788535931136.

TATE, Shirley Anne. Descolonizando a raiva: a teoria feminista negra e a prática nas universidades do Reino Unido. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. cap. 7, p. 183-201. ISBN 9788551303375.

VIANNA, A. LOWENKRON, L. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, v.1, 2018.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. *In*: ESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]**. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270. ISBN: 978-85-232-1866-9. <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>.

A RAIVA QUE ME MOVE

Bianca Moniche¹

RESUMO

Ao longo deste breve ensaio, discorro sobre minha relação com a raiva e as potencialidades desse sentimento para a construção de alianças entre mulheres a partir das semelhanças e diferenças entre suas experiências. O trabalho surgiu como uma reflexão proposta pelo Imuê - Instituto Mulheres e Economia por meio do edital para bolsista do projeto de extensão “Ecossistemas de Financiamento” e tem como inspiração o texto “Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo”, da escritora Audre Lorde, apresentado na National Women’s Studies Association Conference, em 1981.

Palavras-chave: Raiva; Audre Lorde; Alianças; Mulheres; Feminismo.

A cada linha lida do texto de Audre Lorde, a performance de Naruna do poema *Da Paz* ia tomando forma na minha mente. “A Paz é muito branca. A Paz é pálida. A Paz precisa de sangue”². Tenho medo da Paz, a Paz com “P” maiúsculo, a Paz que rejeita a raiva. A Paz dos Homens bons... Ah! Eu rio dessa Paz que silencia, que homogeniza, que nega a diferença. Eu desprezo essa Paz que mata.

Não é pelo ritmo “*good vibes*”, nem pela “*gratidão*” que me levanto todos os dias. Não é o amor cristão que me conforta nem a promessa do paraíso. É o toque ritmado do coração apertado, é a espuma que se forma em minha boca e a respiração cortada que me arde os pulmões. É o medo e a cólera, gêmeos em mim, que já nem sei quando nasceram.

É a raiva que me move! É a raiva que, até os 14 anos, eu direcionava a mim, ao meu corpo, à minha voz que tendia a aumentar nas horas erradas e à indignação, sempre crescente e na iminência de erupção. Cada pedacinho de mim parecia tremer e temer o tempo todo. De onde vinha todo aquele sentimento? Como contê-lo? Seria a fúria um retrato de tudo aquilo que me fazia diferente daqueles ao meu redor? Seria a ira a expressão de todas as ausências que me compunham, de tudo aquilo que eu desejava ser?

Aos 15, me movi pela raiva que não era minha. Foi atuando no papel de Joana³, a Medéia carioca, que comecei a compreender a face produtiva desse sentimento que é negado a certos corpos. Ao que me parecia, era da raiva que emergia a mudança, era ela o único sentimento que informava diferenças e externalizava algo ainda não nomeado: o abismo entre um *Eles* e um *Nós* que eu ainda não compreendia.

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente é membro do grupo de pesquisa Sociologia e Estudos da Diáspora Africana, vinculado ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos (NEAB/UFSCar). E-mail: bianca.moniche@gmail.com.

² A poeta Naruna declamou o poema *Da Paz* de Marcelino Freire no programa Manos e Minas. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XDK64q-H0X0>. Acesso em 25 de abril de 2020.

³ Joana é a protagonista da obra *Gota d’água*, peça escrita por Chico Buarque em 1975.

Aos 19, ouvi de meus amigos: "você fala bem, mas me dá medo". Calei. Guardei a raiva em uma caixinha da culpa. Talvez nem todos a sentissem como eu, talvez esse sentimento que crescia cada vez mais em mim não fosse o caminho, talvez fosse o sintoma da doença das minhas avós, da minha mãe, o primeiro sinal da loucura que diziam assolá-las.

O tempo passou, conheci outras mulheres chamadas loucas, agressivas, que mostravam suas indignações aos professores, às outras mulheres. Mulheres que rompiam o silêncio com uma raiva admirável e totalmente consciente. Era a beleza de um diálogo que se formava. Era a guerra anunciada contra a morte, os gritos que exigiam lugar, sobrevivência. Quis me juntar a elas. Falar duas vezes mais alto e duas vezes mais forte, se preciso fosse, afinal, eu tinha encontrado um *Nós*, um *Nós* corporificado que se confrontava com um *Eles* sempre sem rosto, um *Eles* onipresente⁴.

Foi nesse *Nós* que encontrei um espaço de pertencimento primeiro, de identificação. Estar lado a lado dessas mulheres era começar um movimento de me libertar de mim mesma, de afirmar e me reconhecer. Enquanto todo o processo do mundo acadêmico me deslocava da dimensão corpo com afirmações como "seja cientista e não ativista" e "mantenha o tom da escrita mais neutro, paixão é pro movimento social"; as mulheres que compunham esse *Nós* me ensinavam sobre um corpo político, sobre me fazer visível e me fazer ouvida. O *Nós* me via e foi a partir disso que passei a r(existir).

Mas o que compartilhamos para que pudéssemos nos ver? E, para além disso, o que nos mantinha ali, agindo e pensando juntas? Por um tempo, acreditei que as dores e sofrimentos que nos forjaram eram o nosso combustível e o nosso elo. Acreditei que nossos corpos se encontravam na dor compartilhada e que o sofrimento impulsionava nossa vontade de transformação. Eu estava errada.

Cada uma do *Nós* trazia uma experiência de dor completamente distinta da outra, nossas conexões não se modelavam na percepção de um martírio partilhado, mantínhamo-nos como outras, sem anularmos nossas diferenças. Não era a dor o nosso elo, nosso ponto de aderência. Havia de ser uma outra coisa. A dor e sofrimento são condições que nos paralisam, como seriam então o combustível de tantas mulheres? Percebo que o *Eles* contra o qual nos posicionamos nos quer nesse lugar de agonia e inércia, com o ódio que nos direcionam, a cada vida que nos tiram, esperam que fiquemos ali, paralisadas na dor, imersas no sofrimento, definidas por nossas cicatrizes.

⁴ Nesse ponto, insiro-me brevemente na discussão proposta pela filósofa Donna Haraway (1995) sobre a objetividade feminista e a oposição entre o "eles" por trás de um saber com viés masculinista e o "nós" composto pelas pessoas outras marcadas pelo corpo.

Não, essas mazelas não nos definem⁵, esses também não eram os catalisadores dos gritos que saíam de nossos lábios e das palavras que cortam como navalhas em cada linha de nossos textos. Era a raiva. A minha e a de cada uma delas. Raivas que, ora ou outra, se entreolharam sem receios, sem o medo da culpa. Raivas distintas, mas que juntas produziam o efeito transformador das infinitas possibilidades.

Com essas mulheres, aprendo e reaprendo o que Audre Lorde parece nos dizer desde a década de 1980: que o medo da raiva não vai ensinar nada a você⁶. Aprendo que jogar os jogos de poder pelas regras d*Eles*, negar nossas corporeidades e todo o sentir que dizem fugir à razão é correr em direção a uma humanidade que não nos serve. Com elas vejo as potencialidades da ira enfrentada sem rejeição, sem culpa, o impulso criativo de vida que nada tem a ver com o ódio e os impulsos de morte e destruição. Vi a raiva construindo laços, marcando diferenças e forjando alianças.

Tenho me esforçado para compreender que a fúria da minha companheira, mesmo que me seja estranha e possa causar a dor de me ver como cúmplice das ações que a oprimem, ensina-me mais sobre as relações entre nossos mundos, sobre nossas semelhanças e diferenças dentro dos jogos de poder, que os livros presos das prateleiras da biblioteca. É essa transparência e honestidade na relação que nos auxilia no encontro real, no entrelaçamento de forças e na distinção entre amigos e inimigos. É por meio dessa vulnerabilidade desnudada, do choque e da compreensão, que a abordagem feminista supera as desconfianças projetadas entre *Nós*.

Hoje, percebo também que as definições de *Nós* e *Eles*, que me pareciam tão óbvias aos 19 anos, são cada vez mais turvas. O *Nós* é plural, distinto, desloca-se rompendo tempos e espaços. Percebo que há raiva no *Nós*, há poder, há quem queira a Paz, quem reivindique a humanidade dela. Há quem evidencie a parte excludente dessa idealização do humano.

Vejo agora que movimentos contra opressões, sejam eles quais forem, são levados a olharem para a raiva, a que os molda e a que se choca com suas premissas. E que, olhando para ela, dançando com ela, as diferenças podem ser levadas a sério e as conexões produtivas podem ser possíveis para as transformações necessárias.

Hoje, reivindica-se a raiva, a animalidade da qual certos sujeitos foram acusados. Eu a reivindico, moldo-me e remoldo-me com a minha e com as que se direcionam a mim. Livro-me da culpa, mas assumo responsabilidades (ao menos tento). Faço-me um corpo que

⁵ O trecho tem por referência a música *AmarElo*, composta por Antonio Carlos Belchior / Eduardo Dos Santos Balbino / Felipe Adorno Vassao / Leandro Roque De Oliveira e interpretada por Emicida, Majur e Pablo Vittar.

⁶ “Meu medo da raiva não me ensinou nada. O seu medo dessa raiva também não vai ensinar nada a você” (LORDE, 2019, p.155)

se permite ser corpo, que escolhe ser corpo e se sentir corpo, capaz de questionar, enraivecer, reagir e transformar⁷. Talvez seja isso, talvez seja sobre isso que aquela mulher lésbica de cor estivesse falando já no século passado.

REFERÊNCIAS

EMICIDA. AmarElo. **YouTube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PTDgP3BDPIU>. Acesso em: 20 de out. 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUfba, 2008

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu** (5) 1995: pp. 07-41.

LORDE, Audre. Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo. In: **Irmã Outsider**. 1ª ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2019 [1984].

MANOS E MINAS. Poete: Naruna. **YouTube**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=XDK64q-H0X0>. Acesso em: 25 abr. 2020.

⁷ Nesse trecho, tenho como referência o pensamento de Franz Fanon (2008) e a discussão de um novo humanismo a partir da afirmação e reconhecimento do corpo colonizado.

QUAL A VIDA POSSÍVEL APÓS A MORTE?

Gabriela de Jesus¹

RESUMO

No Brasil, país de dimensões continentais, temos a atuação das forças policiais nas periferias com altos índices de letalidade e a morte de crianças e jovens negros está presente nos noticiários de forma cotidiana. Com a naturalização dos acontecimentos é preciso forçar um estranhamento ao olhar a rede de destruição que a morte prematura de causa em sua família e comunidade. Em diálogo com as possibilidades diante da raiva apresentadas por Audre Lorde, esse texto se propõe a evidenciar o desespero de uma mãe após a perda do seu filho, com reflexões sobre a permanência da dor, da saudade, do medo latente. Neste texto ficcional se apresenta a voz de uma mãe que chora a ausência-presença do seu filho assassinado pelas forças policiais. Inspirado em casos verídicos de mães e familiares que perderam seus entes e se articulam em redes para lutar por justiça, como as Mães de Maio ou a Rede de Comunidades e Moradores Contra a Violência, o ensaio é um experimento político para elaborar dores históricas e raivas viscerais.

Palavras-chave: Audre Lorde; Violência policial; Poesia; Mãe; Periferia.

Se pai, filho, primo, amigo, afilhado, vizinho, sobrinho ou mãe.

Se alguma dessas pessoas morre depois da morte de seu ente querido, com o corpo e memória executados, essa pessoa morre de quê?

Qual a causa da morte na certidão de óbito?

Deixando de conversa, é evidente a morte de tristeza, todo mundo sabe.

A dor fica maior que a utopia da vida...

A pressão sobe por só beber a água salgada que brota dos olhos como as minas d'água onde o menino brincava dia desses... anos ou dias atrás?

Alguém ouviu ele chamar?

Não era a voz dele no portão?

Não faça isso! Não compre nunca desse marca que dá alergia, até intoxicação teve! A minha vida é moldada na vida do menino. Não lembro a última vez de ter comido fígado acebolado ou salada de agrião em casa, como menino não gostava, o costume do preparo se perdeu...

O sono abraça e como num golpe imobiliza, a cama se torna um forte, a cabeça gira.

Sobreviver a morte do filho, do primo, do amigo de infância, do meu menino?

Como sobreviver depois de não ouvir mais as risadas, como não se preocupar com o tardar do horário, como não preocupar com a falta da ligação avisando que está/vai ficar tudo bem,

¹Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Contato de e-mail: gabipj@gmail.com.

acordar com o despertador programado por ele e só depois atinar que a volta não virá, não voltará.

Como sobreviver à morte do menino morto pelo Estado — seja alvejado, seja negligenciado? Será que as mortes pós-mortes dos presENTEs queridos são contadas como morte matada ou morte morrida?

Tanta noite mal dormida ninando nenê, nana nenê, nana. Vem pro braço da mãe que tanto ama... No fundo a gente sabe que não querem ver crescer e florescer menino de pele e de terra preta, mas resistimos, cuidando de um campeão pique Neymar, Mbappé, Gabriel Jesus com camiseta quase original de time gringo! Um meninão cuidado para ser mais e mais, nunca imaginaria esse final que me deu, que dá e que infelizmente ainda dará.

Tanto tempo segurando a pequena mão dentro da minha, bem quentinha, a segurar o lápis que registra o mundo, letra de forma, letra cursiva, fração, países, estados, no final o lanche e o pijama. Tanta vida corrida vendo quem fica com o neném? Tanto tempo de vida assistindo desenho animado, colando figurinha com cola de farinha? Pipa, bolinha de gude, rolimã. Quanta esperança no olhar cansado nos BusãoCartãodepontoAlmoçoCartãodepontoBusão e enfim cheirinho de neném? Tanto chá, garrafada, briga de galos para limpar um nariz ou cortar unhas, dor de barriga tratada, tanta febre de dentinho nascendo e medo de dente de leite cair, tanto cuidado com o menino.

Tudo rodopia e nem um pio do menino. Meu Deus faz assim não, ME LEVA E DEIXA ELE! Tanto medo de deixar machucar o menino, da injeção que precisa dar e o coração numa mão e na outra a agonia do menino - mas tá nos meus braços, aqui tem segurança, nada aconteceria. O coração condoído de ver o menino sentir dor, joelho ralado, ponto na testa, braço quebrado, tampão do dedão que ficou no asfalto na tentativa do drible mais bonito do jogo. Tanto medo de ver o menino sofrer...

Tanto lutamos dia a dia levando desaforo na cara, nas costas, nos braços para fazer o melhor pelos nossos meninos — que eu sofra para que ele seja uma pessoa melhor amanhã.

O amanhã veio uniformizado com cheiro de vela queimada, sangue, pólvora e dor, muita dor. Não precisa medo, menino, mamãe vai te abraçar pessoalmente, não tem lugar nesse mundo que me caiba para além dessa saudade que me come os ossos. Pode ficar calmo, meu amor, mamãe já chega e ninguém poderá nos separar.

Será que as mortes pós-mortes são contadas como morte matada ou morte morrida?

Como desistência da vida ou morte decorrente de morte?

UMA LÍNGUA DE RESISTÊNCIA: a raiva como artifício de mudança

Carla Agnes Nunes da Silva¹

RESUMO

Este ensaio trata da raiva enquanto língua de resistência ante às opressões racistas e sexistas. Propõe visões e estratégias de permanência no meio acadêmico e social. Ademais, a reflexão explora a raiva como elemento fundamental para a luta antirracista e como uma potente língua que corrompe os ideais opressores.

Palavras-chave: Raiva; Ódio; Mudança; Racismo; Resistência.

Se o ódio falasse, qual seria a sua língua? A resposta para esta questão ultrapassa o viés linguístico e os atos racistas ainda presentes refletem o comportamento de uma sociedade extremamente seletiva. A língua do racismo, bem como sua forma de expressão, oprime e violenta. O ódio se articula de várias formas, de expressões presentes no nosso vocabulário a crimes que têm nossos corpos como alvos. Com frequência nos depararmos com expressões que evidenciam esse caráter: “ovelha negra”, “mercado negro”, “inveja branca”, “magia negra”. Como ressignificação trazemos à tona outra linguagem: a da raiva. Nela positivados o “antirracismo”, a “minha negritude” e o “feminismo negro”.

Em “*Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo*”, a raiva descrita por Audre Lorde (2019 [1984]) é o combustível de combate e sobrevivência, pois trata-se de uma resposta às ações destrutivas do ódio articulado pelo racismo. A oposição construída por Lorde (2019 [1984]), entre raiva e ódio, elucida contextos da violência contra pessoas negras no Brasil.

As bases estatísticas têm se mantido sem redução no número de homicídios das pessoas de pele preta ou parda². O mesmo cenário persiste para casos de feminicídio, visto que mulheres negras compõem a maior porcentagem de mortes em relação às mulheres brancas³. Para além de casos fatais, há também todo o processo de exclusão, estereótipos, hipersexualização e escassas oportunidades. Ainda assim, permanece o discurso

¹ Departamento de Letras, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, Rodovia Washington Luís, km 235, 13565-905, São Carlos, São Paulo, Brasil. Email: carla.nunes@estudante.ufscar.br

² Cf. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series> (último acesso em: 10/12/2020)

³ Cf. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/128> e <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/126> (último acesso em: 03/03/2021).

meritocrático, que, ao defender a existência de oportunidades iguais, evidencia os privilégios de uma elite.

Vivemos em um contexto em que jovens negros e negras são reféns dessa sociedade escravocrata atual, que ainda é senzala no sentido de nos torturar psicologicamente e nos inferiorizar como seus sobreviventes. É importante entender que a raiva não nos faz ocupar o mesmo lugar de ódio de nosso agressor, ela não é desumanizadora ou julgadora. Ela é potente para definirmos todos os dias as nossas escolhas e objetivos, pois, a mudança requer emergência.

A raiva age contra a opressão e serve também como um escudo para o medo (a agressividade do ódio articulado pelo racismo tem, na maioria das vezes, o medo como resposta) permitindo força, libertação e empoderamento. A língua da raiva se faz presente na luta antirracista há tempos, desde o quilombo dos Palmares, é a língua de Zumbi e de Dandara. Dandara assumiu a posição de uma das maiores heroínas da nossa história, participou assiduamente da defesa aos negros e ao quilombo, ainda assim sua participação foi ocultada da história de Palmares, o que evidencia a voracidade de uma sociedade ainda sexista.⁴

Dandara foi a mulher que, ao lado de seu companheiro, Zumbi, contribuiu e reuniu cerca de vinte mil habitantes e vinte mil histórias foram de encontro à sociedade escravocrata da época, encorajados pela raiva e pelo desejo de transformação. A raiva presente nessa mulher e no quilombo agiu contra o ódio dos senhores de engenho e contra as chibatadas que agrediam seus corpos e suas mentes, além de servir como força àqueles que almejavam a liberdade.

A posição de mulher heroína é recorrente e comum: há tempos que a sobrecarga enfrentada pela mulher negra é na verdade consequência de um sistema desigual. A romantização da “mulher guerreira” que enfrenta em média quarenta horas semanais de trabalho, conciliadas a seus estudos e às tarefas do lar, amplia inadequadamente suas responsabilidades, sua autocobrança, além de impossibilitar a demonstração de cansaço ou fraqueza. Mulheres brancas também enfrentam essa problemática, mas em nosso caso, a exaustão se intensifica com a ausência de mulheres negras em cargos de poder — o que divide posicionamentos de estímulo ou desmotivação.

⁴ Assunto discorrido no artigo “A literatura e a representação feminina em Dandara, A heroína negra de Palmares”, de Karla Cristina Eiterer Rocha e Enilce do Carmo Albergaria Rocha (2019).

Em outros casos, há mulheres que identificam esse sistema e rompem com essa idealização e, assim como Dandara, fazem de si referência para revolução pessoal e daquelas que alcançam. É possível tatear esse contexto em *Mulheres Quilombolas: Protagonismo, identidade, território das mulheres negras em São Miguel do Guamá/Pará*, dossiê que reúne histórias de resistência e as funções desempenhadas pela mulher no território quilombola. Questões de gênero, condição social e a cor da pele são fatores de hierarquização social, mas não àquelas que buscam artifícios de mudança. As mulheres do quilombo de Santa Rita de Barreira tratam o seu espaço como ponto de força e coletividade. São mulheres contemporâneas que, assim como Dandara, asseguram a subsistência do seu grupo (GUEDES e SALGADO, 2020). A raiva é o elemento protagonista da mobilização em nosso meio. Lutamos para que estejamos presentes em todos os espaços construindo a nossa história.

Para isso, é necessário entender que, o termo “mulher”, assim, de forma singularizada, não abrange todas as mulheres pertencentes a essa categoria, pois, pontos de vista, necessidades, lutas e causas são vistas de formas diferentes até entre as próprias mulheres. O machismo e outras formas de opressão, como a desigualdade salarial, a misoginia, a desigualdade social, sofridas por mulheres, são enfrentadas numa carga ainda maior por mulheres negras. Resistir e viver nesse contexto implica em desafios constantes. Esse cenário é consequência do racismo estrutural⁵, problemática enfrentada por todos nós da comunidade negra. Lidar e combater essa realidade exige muita informação, força, determinação e energia porque, afinal, essa é a composição da raiva, e isso permite combater o ódio que nos é direcionado.

Estratégias de combate e acolhimento quando pensadas em conjunto resultam numa leva de soluções que podem ser aprendidas e aperfeiçoadas para outras mulheres, ou seja, trata-se de uma luta constante. Enquanto mulheres negras diante de contextos de exclusão e baixas oportunidades, esperamos do feminismo antirracista o incômodo e rejeição a essas práticas. É preciso mudar estatísticas e não ser tolerante diante dessas ocasiões, assim se manter ativa a luta contra o racismo.

Reconheço-me como mulher preta e futura docente, com a obrigação e o compromisso de não aceitar menos que a igualdade. Essa convicção foi construída a partir dos poucos professores negros que tive ao longo dos meus doze anos de ensino básico. As quatro

⁵ Segundo Silvio de Almeida, em *O que é racismo estrutural?* (2018), o racismo transcende o âmbito individual, o que torna o seu alcance institucional definindo desvantagens e privilégios com base na raça. Para a reversão desse quadro é necessária uma manutenção de ordem social e a adoção de políticas internas que visem promover a igualdade e a diversidade, remover os obstáculos para a ascensão da minoria, debater e revisar práticas institucionais e promover o acolhimento e possível composição de conflitos raciais e de gênero. Portanto, a representação de pessoas negras e outras minorias em espaços de poder é fundamental para a luta antirracista.

referências que tive cultivaram parte do que sou e me encorajaram a acreditar em mim mesma. Apontaram também que a jornada não seria fácil, mas que ela seria tão enriquecedora quanto o resultado. O número baixo de docentes negros no ensino básico é ainda mais restrito nas universidades do país, em que não tive nenhum docente que representasse nossa comunidade dentro do espaço acadêmico.

Em minha trajetória, a percepção da raiva que Lorde (2019 [1984]) descreve veio junto ao ingresso na academia. Enquanto cotista ingressante em uma universidade federal, o âmbito universitário me permitiu — e permite — a aproximação com diversos relatos acerca da luta antirracista e antissexista. A Universidade foi divisora de águas para que eu entendesse a importância de expressar linguagens de resistência, de compreender a luta antirracista enquanto um aprendizado e de partilhar de vivências como uma fonte potente e fortalecedora. O ambiente universitário nos mune de informações que instigam a consciência do racismo como uma questão social a ser combatida. Estes relatos evidenciam o quanto incomodamos quando temos acesso à informações que nos munem. Isso se dá pelo processo de abertura para o lugar de fala, visto que a academia possibilita partilhar vivências e destacar as especificidades de um grupo. Ainda assim, é também um espaço em que nem todos querem nos ouvir, mas isso nunca será motivo para renunciarmos o nosso desejo de igualdade.

Nossa luta é emergente e deve ser pensada em vários aspectos, a academia não é uma exceção, seja em palestras, em mesas redondas, na escolha das bibliografias ou em conversas informais. Debater sobre a luta antirracista, anti-homofóbica, anti-machista, entre outras, não deve ser um ato apenas vinculado a crimes que nos atingem. É necessária uma reflexão constante dessas questões para não restringir esses assuntos aos noticiários que tratam crimes contra nós sempre como “mais um caso”. Audre Lorde aponta que, se mulheres acadêmicas realmente querem falar sobre o racismo, é necessário que os contextos de vida de outras mulheres sejam reconhecidos.

Ocupar todos os lugares não é uma tarefa fácil, visto que ainda somos minoria em termos de representatividade. O ideal é se agarrar e se inspirar em pessoas que escapam à curva estatística, sendo elas pessoas públicas ou próximas, ouvir as palavras das que vieram antes de nós. Em cada projeto é preciso nos engajar com outras mulheres. Neste ensaio me inspiram figuras históricas, como Dandara; figuras próximas, como as organizadoras deste dossiê; também pessoas que me nutrem no campo pessoal, como minhas ancestrais e minha mãe. A escrita se faz com o apoio de mulheres negras, pesquisadoras que se tornam referências e que contribuem com críticas, visão e leitura. Nos conselhos ancestrais de minha mãe — mulher negra, iletrada, nascida no interior de Minas Gerais — sempre é mencionada a

dificuldade enfrentada quando recém chegada na cidade de São Paulo: “se você está cansada, aprenda a descansar e não a desistir”. No caso de uma universidade não é diferente, é preciso uma dose diária de persistência para ocupar e resistir em espaços como esse. Não há como não sentir raiva ao perceber que ainda somos minoria e o quanto somos subestimadas, todavia, essa raiva deve ser encarada de uma forma construtiva e ser vista como uma forma de resistência e não de recuo.

O racismo estrutural evidencia que o preconceito se tornou intrínseco à sociedade: o processo de desconstrução é longo. O racismo se articula em qualquer categoria: magro ou gordo, rico ou pobre, alto ou baixo, homem ou mulher. Isso intensifica a importância do feminismo, sobretudo, o feminismo negro. A luta pelo fim da hipersexualização, do ódio, das opressões, das desigualdades e das intolerâncias raciais é diária. Ser mulher, e ser mulher negra, acarreta não menos que o desejo de liberdade e igualdade. A luta das mulheres é pioneira e continua a nos inspirar.

A nossa raiva é um artifício de mudança e através dela é possível resistir. Por isso, mulheres, tomem o feminismo antirracista como um escudo contra a língua do ódio. Entenda que o nosso contexto não é o mesmo de 132 anos, não é o mesmo de Dandara, mas continuamos a lutar por nossa liberdade e estamos conquistando a possibilidade de não sermos silenciadas. Nós, mulheres negras, devemos adotar a postura de protagonistas em nossa própria história. A nossa raiva é escudo e resistência, que possamos fazê-la um instrumento de vitórias.

REFERÊNCIAS

DE ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

GUEDES, Ana Célia Barbosa. SALGADO, Mayany Soares. **Mulheres Quilombolas: protagonismo, identidade, território e territorialidade das mulheres negras em São Miguel do Guamá/Pará.** REHR | Dourados, MS | v. 14 | n. 28 | p. 328-354 | Jul. / Dez. 2020.

LORDE, Audre. **Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo.** In: LORDE, Audre. *Irmã outsider*. 1. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2019 [1984]. cap. 12, p. 155 - 167.

ROCHA, Karla Cristina Eiterer. ROCHA, Enilce do Carmo Albergaria. **A literatura e a representação feminina em Dandara, A heroína negra de Palmares.** IPOTESI, JUIZ DE FORA, v.23, n.1, p. 43-54, jan./jun. 2019.

DECLARAÇÃO À RAIVA: Peças de mim endereçadas

Sabrina Xavier¹

RESUMO

O presente ensaio investiga a raiva a partir das ideias levantadas por Audre Lorde em *Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo*, discutindo o emprego desse sentir como potência capaz de gerar transformação social e autocura, e a escrita como instrumento para criação de novos mundos possíveis.

Palavras-chave: Audre Lorde; Racismo; Escrita.

A partir de agora vai exalar de mim coisas que vi, vivi e senti. Da janela da minha cozinha e pelo andar da minha carruagem. Sente-se leitor, sinta-se à vontade, vamos decolar na carruagem do tempo.
Dona Jacira, 2018.

Sento-me aqui a espiar minha raiva, nos últimos meses tenho estreitado relação com essa que já não via há tempos, não como a estou vendo agora, tão inequívoca, tão perto. Não falar dá raiva, não falar dá pus na garganta. Eu nunca fui incentivada a falar, nem sobre o que eu vivia nem sobre os meus sentimentos, tudo que eu precisava fazer era levantar e realizar minhas obrigações do dia. Eu tinha minhas irmãs e nós falávamos, em nossos tácitos rituais de zelo e cura, mas quando eu tinha algo que era secreto, doloroso ou vergonhoso demais para ser dito em voz alta, eu escrevia. Cultivei um mesmo diário dos oito aos treze anos e quando o leio hoje vejo o retrato do que é ser uma criança negra na escola, a violência, a solidão e o silenciamento impostos a um corpo tão frágil. O que é feito das crianças que são expostas a violência racista desde a primeira infância? Os ressentimentos produzidos se tornam raiva?

Assim como eu, outras tantas pessoas negras tiveram suas infâncias ceifadas pelo racismo e suas vidas cotidianas perpassadas por experiências de violência racial. Essa violência é exposta no livro “Negras inconfidências - Bullying Não. Isto é Racismo”, organizado pela pedagoga Benilda Brito e a historiadora Valdecir Nascimento, que conta com 21 relatos de mulheres negras, hoje adultas e atuantes na militância ou nas áreas de educação e psicologia, falando dos momentos de racismo que passaram na escola (BRITO; NASCIMENTO, 2013). Em entrevista concedida ao Odara - Instituto da Mulher Negra, Valdecir Nascimento declara:

¹ Graduanda do curso de linguística na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail para contato: sabrinaxaviercontato@gmail.com

Cada relato conta de forma particular a experiência dolorosa de toda criança negra no espaço escolar. É preciso escrever sobre isso para que possamos converter nossas escritas e histórias em ferramenta de enfrentamento à educação baseada nas hierarquias sociais, raciais e de gênero. (NASCIMENTO, Valdecir. Odara lança livro *Negras* (in) *Confidências Bullying, não. Isto é Racismo*. *Entrevista* concedida a Odara - Instituto da Mulher Negra, 2013).

A dor, um dos lugares-comuns que nos une enquanto pessoas negras em diáspora, quando temos sorte se transforma em raiva e a raiva nos levanta em direção ao sustento, a potência, a resignificação de estar no mundo. Audre Lorde define a raiva como “um sofrimento causado pelas distorções entre semelhantes, e a sua finalidade é a mudança” (LORDE, 2019 [1984], p. 161). Penso que a raiva nos move à medida que precisamos dela para não deixar para trás a dor colonial que ainda vivemos hoje, para não nos esquecermos que estamos situados geográfica e epistemologicamente ao sul.

A raiva então é uma tecnologia de sobrevivência para nós, ela é adquirida por experiências de escassez e portanto não deve ser desejada, ela deve apenas ser aceita como um elemento natural, como o oposto complementar da tranquilidade. Ao dizer que não devemos desejá-la, penso na total desconexão com o mundo espiritual promovido pelo ocidente e o quanto essa desconexão também promove um viver sem chão, solto no ar. Não se trata aqui de religiosidade, mas da compreensão de que não somos tronco e membros administrados pela seção Cabeça, mas um complexo arranjo em que mente, corpo e espírito dançam juntos. O espiritual a que me refiro é o nosso regar cotidiano.

Quando nos juntamos para responder ao racismo damos vazão à raiva, a conduzimos como água até o rio, isso é reconhecer a realidade social e olhar criticamente a sua estrutura. A raiva é um ritual que desmantela o racismo, ou ao menos o desestabiliza. Pensemos no trabalho intitulado *Free, White and 21* (Livre, Branca, 21 anos, em tradução livre) da artista visual estadunidense Howardena Pindell. Essa obra, datada em 1980, é um registro autobiográfico que denuncia a dominação branca no campo das artes e mostra a percepção da artista de que estava a todo tempo sendo estimulada a focar seus esforços nas pautas das mulheres brancas. Nele, Pindell monta um diálogo dela mesma com uma personagem branca e loira, representada também por ela. No vídeo, Pindell relata alguns dos racismos que vivenciou da infância até a vida adulta, e é respondida pela personagem branca com falas como “Sabe, você deve ser muito paranoica. Coisas como essas nunca aconteceram comigo, e não conheço ninguém que já tenha passado por isso. Mas é claro, eles são livres, brancos e têm 21 anos então não teriam esse tipo de experiência”² e “Não se preocupe, acharemos

² Essa e as traduções seguintes são traduções livres.

outros tokens” (PINDELL, Howardena, 1989). Ao final, Pindell desata uma faixa bandagem que tampava todo seu rosto e se desfaz de uma fina película, que lembra pele descascada, grudada sobre a face, e a personagem branca faz o movimento oposto, cobre o rosto com uma meia calça branca e diz:

Sua menina ingrata, depois de tudo que fizemos por você... Sabe, eu não acredito nos seus símbolos, você devia usar nossos símbolos, os símbolos não são válidos a menos que nós os validemos. E você realmente é paranoica, eu nunca tive uma experiência como essa, mas é claro, eu sou livre, branca e tenho 21 anos. (PINDELL, 1989, tradução livre).

Esse trabalho foi uma reação furiosa da artista, notada e mal vista por onde a obra passou. As pessoas brancas duvidaram de que os relatos contidos ali eram verdadeiros e tratavam com desprezo o trabalho e a própria artista. Em sua declaração de artista, Pindell diz que:

"Autobiography", uma seleção de trabalhos em papel e tela de um corpo maior de trabalho, aborda aspectos multifacetados de meu ser e experiência. Optei por não focar apenas no que me trouxe angústia, como minha experiência pessoal com questões de abuso, algumas das quais foram provocadas por encontros com racismo, sexismo e questões de classe, mas expandir para incluir minha jornada espiritual interna e externa. [...] A "Autobiography" foi iniciada em 1980 com a performance em videoteipe *Free, White and 21*. (PINDELL, 1989, tradução livre).

As reações de recusa à obra de Pindell ocorreram porque ela apontava as contradições na dinâmica das relações raciais. Olhar para o próprio racismo era aflitivo demais para a branquitude. São ações de raiva como essa de Pindell que causam fissuras e mudanças no sistema desigual em que vivemos. Mas quantas de nós temos tempo e ousadia suficiente para assentir a própria criação? Quantas de nós estamos dispostas a romper com o norte da bússola? Quantas de nós teremos oportunidade, possibilidade? Para mim a janela foi a escrita documental, de alguma maneira narrar a habitual tristeza da vida me ajudava a me tornar possível para os próximos dias.

Minha reminescente carruagem me conduz da escola à universidade e vejo tantos pontos em comum quanto são possíveis entre eles. Para corpos pretos, lindos e insubmissos como o meu, a universidade ainda é um lugar de coibição, silêncio e proibição. E a minha saída de emergência, novamente, é a escrita. A escrita é um exercício solitário que pode ou não ser compartilhado mais tarde, ele se torna conveniente para nós por esse exato motivo, a escrita é um lugar secreto e salutar. A escrita registra o que apagam quando falamos e reescreve as histórias mal contadas sobre nós (ANZALDÚA, 1981).

Seja qual for o lugar em que a empregamos, nossa energia geradora de mudança, esse exercício precisa ser tomado se quisermos manter nossas vidas e de nossa linhagem a salvo. O medo provoca silêncios, o silêncio dá raiva, dá pus na garganta, traz doenças às vezes

irreparáveis. Lorde declara: "meu medo da raiva não me ensinou nada. O seu medo dessa raiva também não vai te ensinar nada." (LORDE, 2019 [1984], p. 155). Ser capaz de se organizar internamente ao ponto de expressar a raiva pode ser também um processo de autocura. Que possamos ver potência no que é proibido: não deixemos que a raiva coagule adentro.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, G.; de Marco, É.; de Lima Costa, C. & Schmidt, S. P. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos feministas**, 8(1), 2000, 229-236.

BRITO, Benilda; NASCIMENTO, Valdecir (orgs.). **Negras (In)Confidências – Bullying, não. Isto é Racismo: Mulheres Negras contribuindo com as reflexões sobre a Lei 10639/03**. 1. ed. Belo Horizonte – MG: Mazza Edições, 2013.

JACIRA, Dona. Café. [S. l.]: **LiteraRUA/Laboratório Fantasma**, 2018. 440 p.

LORDE, Audre. **Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo**. In: LORDE, Audre. *Irmã outsider*. 1. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2019 [1984]. cap. 12, p. 155 - 167.

NASCIMENTO, Valdecir. Odara lança livro *Negras (in) Confidências Bullying, não. Isto é Racismo*. Entrevista concedida a Odara - Instituto da Mulher Negra, 2013. Disponível em: <https://institutoodara.org.br/odara-lanca-livro-negras-in-confidencias-bullying-nao-isto-e-racismo/>

PINDELL, Howardena. **Autobiography. Cyrus Gallery, New York, October 5 – November 18, 1989.** Trecho disponível em: <https://pindell.mcachicago.org/the-howardena-pindell-papers/artists-statement-1989/>

PINDELL, Howardena. *Fazer um vídeo: Livre, branca, 21 anos*. Tradução por Stephanie Borges. SP-Arte, 2020. Disponível em: <https://www.sp-arte.com/editorial/fazer-um-video-livre-branca-21-anos-2/>

PINDELL, Howardena. *Free, White and 21*. 1980.

RAIVA, AÇÃO E POESIA

Ingrid Cerantola Jó¹

RESUMO

A partir do que elucida Audre Lorde em *Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo* (1984), a presente reflexão busca discorrer sobre a raiva, a sua expressão entre as mulheres e a sua potencialidade no movimento de mudança. Pautando, ainda, as relações de opressão entre nós, a ação, o “ser ativo” na transformação social e a poesia que nos emerge enquanto via de expressão substancial, emancipatória e revolucionária.

Palavras-chave: Raiva; Mulheres; Racismo; Opressão; Poesia.

A dor me come em mordidas generosas
 Me mastiga, me engole, me digere
 Mas não me mata. Me transforma
 Eventualmente a dor me expelle, me esfacela
 A natureza é sábia, faz do que resta adubo e reintegra
 A expansão é árdua, suada
 Quebrar a própria casca, a pele machuca, sangra, racha
 O que é vivo sente
 O que sente, lateja
 Recusar crescer por medo é agonia
 Limitar para encaixar perece o ser
 Atrofia
 Âmago pulsante que me chama
 Me ama
 Clama pela minha chama
 De fogo eu sou movimento
 Não tente me dominar
 Sou luz, mas também queimo
 De fogo eu sou pássaro
 Meu voo sua bala não alcança
 Porque das cinzas eu me refaço

Ingrid Cerantola Jó, 2020

Somos ensinadas a ignorar, silenciar, reprimir determinados sentimentos. A raiva é um deles e isso é parte de uma arquitetura de dominação pela socialização patriarcal, para que nos tenham “contidas”, controladas. Ou, parafraseando Lorde (2019 [1984]) ao discorrer sobre a expressão da raiva entre as mulheres, a temos por associá-la à aniquilação provocada por

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Contato via e-mail: ingridcj@estudante.ufscar.br

nossos opressores. A raiva que sentimos enquanto pessoas oprimidas por gênero, sexualidade, cor/etnia e classe, por exemplo, é completamente distinta do ódio que nos mata: é uma resposta a ele, e possui finalidade de mudança.

A raiva que sinto, causada pelas opressões a mim direcionadas, de gênero, classe e sexualidade, me integra por toda a vida, e eu passei a entendê-la mais profundamente há alguns anos, de onde ela vinha e porque eu a reprimi tanto. Passei a enxergar mais claramente as relações entre identidade social e injustiças, julgamentos, sofrimentos e violências vividas. É um processo compreender e conduzir a raiva enquanto energia que move, que alimenta, que tira da cama.

A raiva é uma oportunidade de reconhecimento da dor da outra. Se outra mulher expressa com raiva que eu a oprimo de alguma maneira, e o que faço — ao contrário de me ater à centralidade do assunto/ à causa da expressão da raiva — é responder com a minha raiva (proveniente de uma reação defensiva, provavelmente a partir de faíscas do medo e da culpa), o foco da questão central se perde. Como coloca Lorde:

[...] o fato de as mulheres negras e brancas enfrentarem as raivas umas das outras sem rejeição ou rigidez ou silêncio ou culpa é, em si, uma ideia herética e fértil. Ela pressupõe companheiras reunidas em razão de um princípio comum para examinar nossas diferenças e modificar as distorções que a história criou em torno delas. Pois são essas distorções que nos separam. E devemos nos perguntar: quem lucra com tudo isso? (LORDE, 2019 [1984], p. 164)

Em minha vida — e na de muitas pessoas oprimidas pelo ódio, em suas diferentes faces e contextos — a raiva se provou fonte de força para a ação e combustível de transformação social quando coletivizada e canalizada em uma direção comum: para o combate ao que nos desumaniza. Lorde ([2019 1984]), com enfoque na questão do racismo e da expressão da raiva entre as mulheres, coloca em discussão como os cascos emocionais do medo e da culpa vão no sentido contrário da mudança. A culpa paralisa, faz com que nos coloquemos em uma posição de espera por absolvição e, assim, isenção da responsabilidade de ação e de ser parte ativa da transformação social. O medo nos prende ao caminho da objetificação da outra, fecha-nos os ouvidos ao que tem a dizer e promove a exoneração e escusa da autocrítica e da expressão da raiva. Perpetuando, assim, relações de opressão entre nós.

É importante reconhecer a nossa identidade social integralmente, ou seja, não só nossos lugares em posição de oprimides. É essencial abrir-se a enxergar as relações nas quais somos potenciais opressores e assumir nossa responsabilidade de ação na luta contra as diversas expressões de ódio, sobre as quais o sistema capitalista se alimenta e lucra. Tomemos uma sociedade que nos empurra (socializa) lentes estigmatizantes, olhares pré-determinados, construídos a partir de preconceitos diversos. A intersecção não é uma sub-lente a partir de

uma lente social. Ela é, justamente, o antro relacional entre lentes, é a coexistência de mais de um formato de opressão. Falar de interseccionalidade é reconhecer a coexistência de opressões e como isso se manifestar na prática.

A emancipação é coletiva, assim como o uso das vias de luta para tal. O fazer poético e artístico — parte que compõe e consolida o meu ser — é uma dessas vias, uma maneira de vazão que dá nome, que dá forma (e, conseqüentemente, força), que comunica e atinge em diversos níveis. Uma das ações que integro no movimento cultural se volta para a união de mulheres em poéticas que incentivam nossas expressões individuais e coletivas — limites que se fundem, na verdade. Nela, a emergência das rodas culturais e expressões artístico-políticas fazem sobreviver. Sarau, “slam”, batalha de rima, intervenções. A ocupação dos espaços públicos com a produção de arte, informação e conhecimento salva gerações. Faz gritar vozes de luta. Faz dar combustível, redirecionar caminhos, elucidar alternativas, provocar a crítica social e a autocrítica, escancarar contradições, aprender coletivamente, reconhecer o outro e a si, fortalecer redes de apoio e a luta pela transformação da sociedade.

Lorde aborda a poesia como iluminação. Que dá forma ao que, antes dela, ainda não tinha, mas já era sentido. Ela tem seu âmago presente em todas as mulheres: na reconexão com a ancestralidade, com a “consciência não europeia de vida” (Lorde, 2019 [1984], p. 45), no encontro com as profundezas antigas que vivem dentro de nós.

Para as mulheres, então, a poesia não é um luxo. É uma necessidade vital da nossa existência. Ela cria o tipo de luz sobre a qual baseamos nossas esperanças e nossos sonhos de sobrevivência e mudança, primeiro como linguagem, depois como ideia, e então como ação mais tangível. É da poesia que nos valem para nomear o que ainda não tem nome, e que só então pode ser pensado. (LORDE, 2019 [1984], p. 45)

Por meio da poesia, a coisa sentida — a raiva latente — é consolidada. Ela não é e não pode ser tomada como um luxo. Poesia é resistência, é basal, é grito, é denúncia, é luta! Poesia é respiro. É encontrar aquilo que se sente, as potências que moram dentro de si. Poesia é coragem, é canal da força substancial da transformação, que, precedendo outras ações de luta, firma a prática revolucionária, a emancipação, a mudança.

É necessário compreender nossas respectivas posições e agir no movimento de defronta às linhas de ódio. Não se pode falar em libertação e emancipação das mulheres pautando, unicamente, a libertação do patriarcado. É preciso centralizar, junto ao combate à opressão machista, a luta contra o racismo, o classismo, a lgbtqiafobia. Opressões que também se manifestam entre nós, mulheres diversas. Como posso me considerar no caminho para a emancipação de meus opressores, quando ignoro, por exemplo, o fato de que posso estar contribuindo para a perpetuação de opressões para com outras mulheres?

É preciso alterar as “distorções que herdamos” (Lorde, 2019 [1984]), os preconceitos que reproduzimos. Isso significa aprofundar-se em si, realizar reflexões e autocríticas. Significa reconhecer e escutar as mulheres que lutam e se expressam ao seu lado. Acima de tudo, é preciso ser pessoa ativa no combate à opressão: dentro de si e ao redor de si. “Não sou livre enquanto qualquer outra mulher for prisioneira, ainda que as amarras dela sejam diferentes das minhas. [...] Nem é livre nenhuma de vocês.” (LORDE, 2019 [1984], p. 169).

A libertação e emancipação das mulheres vai partir da ação contra as diversas opressões que se interseccionam, criando, assim, uma potência de luta conjunta. A estigmatização da raiva e a repressão da manifestação da mesma enfraquecem o movimento de mudança que ela pode potencializar. Devemos nos fortalecer para que a raiva entre nós não assuma a forma do medo ou da culpa. Ela deve ser compreendida e conduzida ao combate do nosso verdadeiro inimigo: o sistema racista, patriarcal, cis-hetero-normativo, capitalista.

REFERÊNCIAS

LORDE, Audre. Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo. In: LORDE, Audre. *Irmã outsider*. 1. ed. Belo horizonte: Autêntica, 2019 [1984]. cap. 12, pp. 155 - 167.

SOMANDO ENTRE DIFERENÇAS: sobre a raiva aliada à luta

Larissa Lombardi Moreira¹

RESUMO

Este ensaio tem como objetivo estabelecer um diálogo com o texto "Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo", de Audre Lorde, de modo a construir reflexões sobre o tema evidenciando a atualidade da obra mesmo 40 anos após sua publicação. Trata-se de pensar o lugar da raiva enquanto agente impulsionador de uma luta feminista que seja antirracista e anticapitalista. Amparado na argumentação de Sojourner Truth e Angela Davis, o texto aborda a questão do lugar das mulheres — brancas e não-brancas — dentro do movimento, e pretende, através de uma perspectiva interseccional, elucidar e criticar o elitismo e as opressões de raça dentro do próprio feminismo. Apresenta ainda a problemática da culpa, como elemento paralisante da luta, e argumenta que a emancipação de gênero, raça e classe apenas ocorrerá por meio de um movimento que possibilite a união entre diferenças. Conclui apontando a necessidade de construir um feminismo que cresça ao abraçar críticas e floresça ao realizar autocríticas, isto é, um movimento amplo que acolhendo raivas, some lutas.

Palavras-Chave: Audre Lorde; Antirracismo; Feminismo; Mulheres.

A herança patriarcal espera das mulheres docilidade e obediência. Ao expressarmos a raiva e a indignação que sentimos frente às opressões, dirigem-se a nós horror e desprezo. Associar as reações e posicionamentos das mulheres e suas raivas à histeria e à loucura tem por efeito não apenas diminuir e menosprezar as causas por elas defendidas e os questionamentos por elas elucidados, mas também deslegitimá-las ao transformar pautas sociais e estruturais em problemas pessoais e restritos à subjetividade das mulheres.

São muitas as práticas que as silenciam com o objetivo de garantir a permanência das estruturas que as oprimem e que beneficiam grupos historicamente privilegiados. Trata-se de uma sociedade de herança também escravocrata, o que não se limita aos homens. Adicionar o recorte de raça à equação evidencia que o patriarcado, o machismo e o racismo influenciam, também, o modo como as mulheres se comportam e se dirigem umas às outras. Assim, mulheres negras, como lembra Lorde, lidam cotidianamente com questões de gênero e raciais. Evidenciando a relação entre racismo e sexismo, Audre Lorde argumenta:

Nós não estamos aqui enquanto mulheres analisando racismo em um vácuo político e social. Nós operamos nos dentes de um sistema onde o racismo e o sexismo são primários, estabelecidos e propriedades necessárias de lucro (LORDE, 2019 [1984], p. 160).

Destaca, desse modo, que mesmo mulheres quando amparadas por privilégios raciais e de classe, podem contribuir para a manutenção do racismo. Neste sentido, Audre Lorde argumenta que a raiva, como uma reação ao ódio a ela direcionado enquanto mulher negra e

¹ Universidade Federal de São Carlos, lmlarissa26@gmail.com

lésbica, quando organizada e direcionada com precisão, é uma fonte de energia que alimenta a luta e fomenta transformações. Não se trata, contudo, de mudanças pontuais e pouco efetivas, de simplesmente ocupar determinados espaços ou ser respeitada em determinados ambientes, ou ainda, de buscar suavizar tensões. Ansiamos por mudanças no sentido radical de rompimento — a erradicação das opressões —, e a criação de um mundo novo onde não haja possibilidades nem meios para reconstruir e reproduzir velhos padrões.

Desse modo, a raiva nos coloca em movimento e nos leva a compreender a amplitude de violências direcionadas às mulheres de acordo com o recorte que fazemos e com o grupo ao qual pertencem. Em outras palavras, mulher é a categoria comum, mas não é o critério último das opressões. Um exemplo disso é o discurso de Sojourner Truth de 1851, após discorrer sobre a diferença entre o tratamento recebido por mulheres brancas e mulheres negras, Truth questiona “E eu não sou uma mulher?” (TRUTH, 1851), elucidando que a luta por direitos ao voto de mulheres que ascendeu na época era falha em incluir mulheres negras por desconsiderar completamente as opressões raciais.

Na mesma perspectiva, conforme Angela Davis discorre em *Mulheres, Raça e Classe* sobre o sufrágio feminino nos Estados Unidos: “mulher era o critério, mas nem toda mulher parecia estar qualificada. As mulheres negras, claro, eram praticamente invisíveis no interior da longa campanha pelo sufrágio feminino...” (DAVIS, 2016 [1981], p.46). Essa referência explicita a gravidade da questão e a dificuldade (ou recusa) que o feminismo ascendente da época — branco e elitista — teve para incluir mulheres não-brancas e pobres, como pessoas cujas opressões também configuram pautas relevantes no debate e, sobretudo, para enxergá-las como aliadas na luta. Problemática que, infelizmente, se mantém no interior do movimento feminista até os dias atuais. Segundo Lorde, falhar em reconhecer esse aspecto da opressão é contribuir para mantê-la, sabendo que, desse modo, ela ameaça não apenas a mim, mas a todas as mulheres, ainda que de formas diferentes (LORDE, 1981).²

Nesse sentido, é crucial o desenvolvimento de um feminismo amplo o suficiente para abarcar as críticas e corajoso o suficiente para realizar autocríticas — não apenas evidenciando a necessidade de transformações, mas tomando ações concretas, como as que devem ocorrer dentro do próprio movimento. Ao compreender e acatar a raiva dirigida a mim, ao invés de silenciá-la, admito que, em meu lugar de mulher branca, tendo a reproduzir preconceitos e opressões. Ouvir a raiva permite, portanto, que me movimente em direção a

² O discurso aqui mencionado foi proferido em 1981. O livro *Sister Outsider*, foi publicado em 1984. Este artigo aqui faz referência a duas traduções, conforme referido nas referências bibliográficas.

encará-la criticamente e adotar uma postura ativa, consciente e revolucionária, em oposição à paralisação e à culpa. A esse respeito, Lorde afirma:

...muito frequentemente, culpa é apenas mais uma resposta para impotência, para defensividade destrutiva de comunicação; se torna uma ferramenta para proteger a ignorância e a continuação das coisas como são, a mais nova proteção da falta de mudança. Havia trabalho em expressar raiva, mas muito pouco sobre raiva vinda de uma mulher e direcionada a outra mulher. Culpa é apenas mais uma forma de evitar ação informada, de comprar tempo da necessidade de fazer escolhas limpas, **fugir da tempestade que se aproxima e que pode alimentar a terra ou quebrar árvores.** (LORDE, 2013 [1981], n.p., grifo adicionado)

É necessário, portanto, reconhecer privilégios e saber, principalmente, que mesmo as tempestades que quebram as árvores e destroem as florestas devem ser acolhidas, pois nenhum movimento pode crescer e florescer sem antes fortalecer suas raízes. Assim, enquanto mulheres brancas, devemos escolher presenciar a tempestade e tomar ações concretas de modo a nutrir o solo e contribuir para trazer à vida feminismos que, unidos pelas raízes, possam crescer fortalecidos. Em outras palavras, opressões estruturais devem ser combatidas por todas. A raiva a mim direcionada pode ser potente em construir alianças em meio a diferenças, pois, reconhecê-las, compreendendo meu espaço enquanto aliada, permite me posicionar contra o racismo e defender que a luta das mulheres seja antirracista.

Assim, frente às opressões e violências que se articulam, resta às pessoas brancas o reconhecimento de privilégios e urge a necessidade de abdicar de comportamentos que corroboram com o racismo e a misoginia. Para que finalmente possamos seguir rumo à construção de um movimento feminista que, fortalecido pela interseccionalidade, seja, também, antirascista. Seguindo a mesma perspectiva, argumento que a raiva é revolucionária. Isso porque aumentar a voz contra quem nos oprime, enfurecer-se frente à opressão, não permitir-se calar é o primeiro passo em direção a uma sociedade mais digna e justa para não só as mulheres, mas para todas as minorias.

A raiva é o pulsar inconformado que ressoa aos meus ouvidos, atravessa meu corpo e me lembra constantemente que, apesar da rebeldia de nossas antecessoras ter, de fato, transformado alguns aspectos da nossa realidade, ainda há muitas feridas profundas, abertas e dolorosas que precisam de cuidado. Destarte, a raiva é o que me impede de esmorecer diante de abusos, opressões e feminicídios. É o que me faz corajosa para desafiar e questionar, para reunir forças e me unir a outras mulheres — amigas, colegas ou desconhecidas — visando fomentar mudanças e impedir que nos aprisionem, nos silenciem e nos matem.

Enquanto mulher, portanto, a raiva é o combustível que me move, me mantendo irresignada e disposta a superar minhas dificuldades pessoais em nome da luta coletiva.

Enraivecer-se diante das opressões é um lembrete frequente não somente de que “nenhuma mulher é livre enquanto outra for prisioneira”, como afirma a Lorde (1981), mas também que todas permaneceremos prisioneiras enquanto não orientarmos nossa raiva coletivamente em uma luta organizada e de formação, condicionada por e direcionada a interesses comuns, através da identificação mútua. É o momento em que descartamos a opressão como única realidade possível e ousamos sonhar e lutar por um futuro digno para todas.

Por fim, compreendo que a raiva é o alimento de uma luta que, quando compartilhada por mulheres em suas diferenças, permite a construção de intersecções potentes. A raiva delimita o horizonte onde se quer chegar e dessa maneira, engendra a luta em seu molde mais coerente — radical, emancipadora, revolucionária. Enraivecer-se, portanto, é discordar, é não se conformar, é posicionar-se contra ordens e leis que favorecem partes mínimas e dizimam massas. É não ser conivente. É colocar-se em movimento, escolher aprender e se colocar como agente transformador — de si e do mundo —, é juntar forças e abrir caminho para que muitas outras também possam passar, como sugere Lorde: “Nós acolhemos todas as mulheres que podem nos encontrar, frente a frente, para além da objetificação e para além da culpa.” (LORDE, 2013 [1981], n.p.).

Assim, enquanto mulheres brancas no feminismo, devemos abandonar a necessidade pungente de entender a raiva de outrem como apenas uma crítica pessoal, cujo reflexo é a culpa, e passar a ter uma postura ativa e coerente visando destruir todas as formas de opressão — inclusive as que nos favorecem. Dessa maneira, Audre Lorde (1981) argumenta que a culpa é solo infértil para a construção da luta, isto é, por si só a culpa branca é aliada às opressões racistas, visto que não fomenta transformações — de nada adianta sentir-se culpado e não colocar-se em movimento, ou seja, contribuir conscientemente para mudar a si e ao mundo.

Todavia, a minha raiva só me move até certo ponto. Quando a discussão ultrapassa o gênero, como mulher branca, devo escutar atentamente a raiva que é direcionada a mim, isso porque a luta só é verdadeiramente coletiva quando somo a raiva de outras à minha. Desse modo, então, a raiva me move porque a raiva une, a raiva ampara, a raiva acolhe, a raiva constrói e, principalmente, a raiva fomenta a luta. A luta das mulheres muda o mundo.

REFERÊNCIAS

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, [1981] 2016.

LORDE, Audre. **Os Usos da Raiva: Mulheres Respondendo ao Racismo.** In: LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, [1981] 2019, p.155-169.

_____, Audre. **Os Usos da Raiva: Mulheres Respondendo ao Racismo.** In: Portal Geledés, [1981] 2013. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/os-usos-da-raiva-mulheres-respondendo-ao-racismo/>>. Acesso em: Outubro, 2020.

TRUTH, Sojourner. **E Eu Não Sou Mulher?** In: **WOMEN'S RIGHTS CONVENTION**, Estados Unidos, 1851. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em: Outubro, 2020.

CIRCULAR ENTRE MUNDOS: A prática da escrita e da pesquisa enquanto Ferramentas Políticas

Tainá Souza Santos¹

RESUMO

Esta resenha tem como objetivo relatar experiências durante a minha formação no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Nele traço uma discussão teórica junto a pesquisadoras feministas compreendendo a escrita e a pesquisa enquanto prática e ferramenta política. A proposta, nesse sentido, é refletir sobre a potência existente ao circular entre mundos distintos: a academia e as minhas gerações familiares antecedentes.

Palavras-chave: Escrita; Política; Ciência feminista.

No entanto, a raiva expressa e traduzida em uma ação a favor de nossos ideais e nosso futuro é um ato de esclarecimento que liberta e dá força, pois é nesse processo doloroso de tradução que identificamos quem são os nossos aliados com quem temos sérias diferenças e quem são nossos verdadeiros inimigos. A raiva é repleta de informação e energia.

(Audre Lorde, 2019 [1984], p. 160)

No meu primeiro ano de graduação meu pai sofreu um gravíssimo acidente de moto fazendo-o permanecer afastado de seu trabalho por alguns meses. Esse episódio que enfrentei marcou um dos períodos mais difíceis da minha trajetória na universidade. Naquela época era minha família quem me auxiliava financeiramente, já que morava em outra cidade, e aguardava os resultados do auxílio alimentação e moradia do programa de permanência estudantil. Contudo, devido ao afastamento do meu pai por conta do acidente, e ainda sem o recebimento de sua previdência social devido a atrasos do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) só restava uma opção para eles: que eu voltasse para minha cidade natal.

Após o acontecimento, meus familiares seguiram diversas semanas em frequentes ligações me perguntando quando voltaria, já que a renda mensal havia sido comprometida. Com a necessidade de produzir alternativas, recorri firmemente ao departamento de serviço social da universidade, tentando dialogar e explicar para as assistentes sociais sobre o ocorrido, e questionando a possibilidade de adiantar meu ingresso no programa de assistência

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail para contato: tainas.santos@hotmail.com.

estudantil. Lembro-me do quanto trataram tais demandas com indiferença e frieza, sem dar nenhum direcionamento ao caso. Foram algumas semanas aguardando os resultados do processo seletivo, lidando com ansiedades, incertezas e o fato do meu pai estar hospitalizado. A minha insistente procura pelas assistentes sociais e os embates vividos naquele contexto fizeram-me questionar o que estava fazendo na universidade, como me manteria ali e, caso houvesse, qual seria o lugar que ocuparia na academia.

Este é um breve relato pessoal, muito semelhante a inúmeros descasos e violências institucionais que já acompanhei de outros estudantes durante a graduação. Acredito inclusive que você, leitor ou leitora, possa ter acompanhado algo parecido, seja nas próprias instituições em que atua, seja através de jornais e mídias sociais. A sensação de impotência dada à situação manifestou-se em raiva e angústia diante de uma instituição que por várias razões me fazia sentir insegura e inadequada em ocupá-la. Mas, ainda sim, mantive em mente que precisava persistir, apesar dos entraves pelo caminho. Como descreveu Audre Lorde: “Toda mulher tem um arsenal de raiva bem abastecido que pode ser muito útil contra as opressões pessoais e institucionais, que são a origem dessa raiva” (2019 [1984], p. 159).

Esta raiva e sentimento de inadequação fizeram-me compreender, ao longo dos anos, que era necessário descobrir aliadas e aliados, aqueles com quem eu pudesse resistir e reivindicar espaços conjuntamente. Foi nesse sentido que participei de diversas mobilizações do movimento estudantil e integrei projetos de extensão com o intuito de construir redes para além dos muros da universidade. Esse compromisso possuía finalidades éticas e políticas: assim como eu e demais estudantes bolsistas, outros corpos também podiam (e deveriam, por direito) ocupar esse território, usufruindo dos conhecimentos acadêmicos e da vida universitária. No decorrer de minha trajetória nas ciências sociais rearranjando raivas, medos e inseguranças, constatei que tais vínculos partiam de um desejo mais profundo: que as estruturas sociais e institucionais fossem direcionadas a partir de outros paradigmas, algo próximo às descrições de Audre Lorde:

Usada como precisão, ela [a raiva] pode se tornar uma poderosa fonte de energia a serviço do progresso e da mudança. E quando falo de mudança não me refiro a uma simples troca de papéis ou a uma redução temporária das tensões, nem à habilidade de sorrir ou se sentir bem. Estou falando de uma alteração radical na base dos pressupostos sobre os quais nossas vidas são construídas. (ibidem).

Tais raivas e inseguranças encontraram solo fértil no reconhecimento desse lugar em que iniciei a vida acadêmica: dissidente de escola pública, vinda de uma família que não concluiu o ensino fundamental, e que pouquíssimo ouviu falar sobre universidades públicas.

Quando ingressei na UFSCar, lembro-me de suas surpresas ao conhecerem as políticas de ações afirmativas para os e as estudantes de baixa renda, do apoio da assistência social e do restaurante universitário no qual eu poderia me alimentar “gratuitamente”. O chão de realidade dos meus familiares foi um terreno árido e seco, típico do solo nordestino, onde nasceram. Muitos precisaram desde muito jovens *trabalhar na roça*. “*Ninguém dá nada pra ninguém, é preciso trabalhar pra ter as coisas*”, ouvi de meus pais incontáveis vezes na infância e adolescência.

O trabalho no campo ainda é a principal fonte de renda de muitos dos meus tios e tias que moram em Tobias Barreto, cidade no interior de Sergipe. Quando viajei a última vez para lá, senti-me realizando um trabalho etnográfico, uma espécie de investigação desses outros modos de existência que também compõem, atravessam e contornam minha ancestralidade. Costumo nomear essa experiência como “o longe perto de mim”. Longe porque não vivenciei a experiência de meus familiares que cresceram em Sergipe, mas a observo perto de mim através dos vínculos parentais.

Do interior de São Paulo, na cidade de São Carlos, conhecida também como “Sanca Hub”, um pólo geográfico de ecossistemas de tecnologia e inovação, até a roça de Tobias Barreto deu-se em mim a colisão desses mundos distintos. De um lado, o chão seco e árido dos solos do interior de Sergipe; do outro, uma cidade com duas grandes universidades públicas, reconhecida pela quantidade de *startups* e empresas na área da tecnologia. Com o passar dos anos fui compreendendo os radicais choques de alteridade que sentia por habitar esses entre mundos, e fiz das inseguranças, medos e raivas o meu próprio artesanato, tecendo potências para habitar este “entre”.

Circular por esses territórios foi uma experiência bastante desafiadora, fazendo-me mergulhar em reflexões, a reconhecer certos privilégios e oportunidades que tive acesso ao longo de minha formação. Aprendi e sigo aprendendo com o choque de alteridade desses encontros, a colocá-los em relação procurando observar o que tais interações faziam brotar, próximo à perspectivas parciais para construção de um conhecimento localizado proposto por Donna Haraway (1988, p. 24):

[...] Quero argumentar a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver.

Assim, circular entre minhas gerações familiares e a vida acadêmica ensinou-me a rearranjar os estranhamentos que sentia, e a produzir possíveis entrelaçamentos para esses

mundos através da escrita e da pesquisa científica. Apesar da forte afinidade com a escrita desde a adolescência, época que mantive um pseudônimo em um blog na internet onde publicava prosas e poesias autorais, escrever academicamente, ver-me enquanto pesquisadora, participando de eventos e produzindo artigos científicos foi, por muito tempo, uma perspectiva distante para mim. Durante minha formação em Ciências Sociais, diversos outros projetos pareciam mais receptivos do que a aproximação com um/a professor/a orientador/a para o desenvolvimento de uma iniciação científica, por exemplo.

No entanto, a chegada do fim da graduação atingiu-me como uma espécie de convite à experimentação antropológica e etnográfica, como uma possibilidade de lapidar os conhecimentos acadêmicos adquiridos naqueles anos a partir de um projeto de pesquisa. Essas afetações me fizeram compreender, também, a importância de que esse trabalho fosse orientado por uma mulher e influenciado por críticas feministas à ciência. Havia uma espécie de identificação com tal literatura, e com suas propostas teóricas e metodológicas. Foi através dessas discussões que encontrei ferramentas para mobilizar ideias, conceitos e possíveis narrativas, ouvindo minhas raivas e as articulando, como nas argumentações de Lorde, “tenho tentado aprender a usar minha raiva de forma útil para mim e entender quais são suas limitações” (2019 [1984], p. 164).

Esse convite à experimentação etnográfica desdobrou-se em uma pesquisa de iniciação científica intitulada “Sistema CSA como obra de arte: Etnografia de uma comunidade sustentada pela agricultura”, financiada pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), entre agosto de 2019 a julho de 2020. Na Comunidade que Sustenta a Agricultura de São Carlos atentei-me aos procedimentos técnicos de produção agroecológica, e ao protagonismo de uma agricultora experiente no cultivo de alimentos orgânicos. Através das observações participantes e do trabalho etnográfico pude evidenciar como as trocas de conhecimentos entre os membros da CSA - São Carlos eram de grande relevância para a agricultora.

Lembro-me como a aproximação com a escrita etnográfica foi um dos episódios mais desafiadores que enfrentei academicamente. Havia muros invisíveis a ser derrubados para que eu prosseguisse com ela, e outros tantos nós a serem convertidos em potência ao longo da maturação do meu trabalho. Me vincular a outras mulheres pesquisadoras, aprender através de nossas diferenças e experiências abasteceu-me de coragem e confiança para seguir buscando outros/as aliados e aliadas dentro e fora da universidade. Em um ambiente de disputas de narrativas se faz necessário averiguar precisamente com quem estabelecer vínculos, pois cientistas “descobrem amigos e inimigos totalmente diferentes, assim como fazemos todos

nós” (LATOURE, 2014, p. 28), como declarou Bruno Latour. Assim, foi através dos desdobramentos de meu trabalho, junto à participação cada vez mais presente no ambiente acadêmico, que fui levada a repensar certos paradigmas científicos, assim como determinadas linhas teóricas da antropologia., Pude, assim, refletir sob um olhar crítico o *modus operandi* da Ciência com C maiúsculo, essa ciência branca, norte-centrada, positivista e racionalista, percepções próximas aos apontamentos da filósofa Isabelle Stengers (2002, p. 81), “quanto à Ciência, que em todas as áreas recebeu uma autoridade geral sobre a definição dos “riscos” a serem levados em conta, ela não tem muito a ver com as ciências” .

As ditas ‘ciências’ partem de outros pressupostos científicos, articulando novos paradigmas às produções acadêmicas, alinhando perspectivas feministas, por exemplo, compondo novos sentidos para o lugar que estava ocupando na universidade. Em passos vagarosos, fui compreendendo a força e potência que residia em habitar fronteiras, e a circular entre mundos utilizando da escrita e da pesquisa enquanto uma ferramenta política.

As relações e choques entre territórios revelaram-se para mim através de certos enunciados, como: "o texto é uma forma de você atravessar a si mesma", me afirmou uma terapeuta, "chega de ler, chega de escrever" dizia minha mãe milhares de vezes, "a escrita é um experimento político" e "escrever dói" ouvi em reuniões de orientação. Essas frases lembram-me de todo o preparo ritual antes do ato da escrita: primeiramente, era preciso aquietar minhas inseguranças; redirecionar os meus medos; fazer da raiva uma potência. É nesse sentido que concluo este texto com uma belíssima e forte afirmação de Gloria Anzaldúa: “finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever” (ANZALDÚA, 2000, p. 236).

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, v.8, n.1, p. 229-236. Florianópolis, 2000.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 8 mar. 2021.

LATOURE, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 57, n. 1, p. 11-31, 2014. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2014.87702. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/87702>. Acesso em: 23 fev. 2021.

LORDE, Audre. Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo. *In*: LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 155-168.

STENGERS, Isabelle; ALTMAN, Max. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002. 205 p. (TRANS) ISBN: 8573262494.

RESENHAS

LORDE, Audre. **Irmã outsider: ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

Caroline Serôdio¹

Audre Lorde tinha dificuldade com a prosa na sua juventude. Isto ela relata na entrevista presente no livro, em que a autora – negra, feminista, mãe, lésbica, professora, pensadora – afirma que, ao longo de sua formação educacional, percebeu que seu processo de raciocínio era diferente do de seus colegas. Ela não se expressava ou se compreendia através de textos corridos, mas sim por poemas. E, dessa forma, se fez poeta. Foi apenas após ser convidada a dar aulas de Inglês para um programa de escrita que Lorde passou a estudar e treinar a gramática e a estrutura textual de prosa. Portanto, seus trabalhos, compilados em *Irmã outsider*, detêm algumas características que perpassam por sua escrita poética: sensíveis, às vezes líricos e, sobretudo, assertivos.

Além de ensaios sobre os mais variados assuntos, a obra conta com transcrições de discursos de eventos e apresentações em congressos, relatos de diários, a entrevista mencionada, uma carta aberta e alguns artigos. Apesar da alternância das modalidades de texto, há uma continuidade em sua obra – seja pela linguagem que utiliza, fluida e acessível, seja pelos temas que são levantados, reforçados e questionados sob diferentes perspectivas. Lorde discorre a respeito do silêncio, da fala, da sexualidade, do erótico, da maternidade, do machismo, do racismo, dos machismos no movimento negro e dos racismos no feminismo branco, da homofobia e da lesbofobia, da homofobia, do feminismo racista, do papel transgressor do emocional nas lutas políticas e da diferença entre pessoas como motor criativo.

O registro de diário que inicia o livro, “Apontamentos de uma viagem à Rússia”, traz uma descrição abrangente de lugares, de paisagens e de prédios da Rússia e do Uzbequistão da União Soviética. Aqui, com uma proeminência lírica, Audre Lorde envolve a leitora em uma narrativa que a aproxima daquilo que sentia e experienciava em sua viagem. Há um reconhecimento pela oposição entre costumes e condutas, e comparações diretas a Nova York e outros referenciais de experiências vividas pela autora, como Gana e Benin. Com um enfoque nas trocas afetuosas com duas mulheres que não falavam inglês, contando com a

¹ Mestranda em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes), e graduada em Ciências Sociais (UFRJ). É pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (NESEG/UFRJ) e do Laboratório de Estudos Digitais (LED/UFRJ). E-mail: carolineserodioaf@gmail.com.

intermediação de uma intérprete, Lorde nos instiga a pensar em como seus corações estariam falando a mesma língua, se conectando por algum aspecto comum de suas identidades, por terem filhos ou por serem minorias raciais.

Em “A poesia não é um luxo”, um de seus mais conhecidos textos, a poeta toma a cena para assegurar que a poesia, para as mulheres negras, é mais do que uma produção, mais do que apenas palavras cuidadosamente selecionadas. É “uma necessidade vital da nossa existência” (LORDE, 2020, p. 47), parte do processo de compreensão de si, nos mais variados, complexos e contraditórios sentidos. Ela dá luz ao incerto, ao obscurecido e ao caos, àquilo que ainda está sendo assimilado em nosso âmago. Em cada linha deste curto ensaio, Lorde reforça o poder transformador do emocional/sentimental, trazendo à tona a insurgência e o desejo por mudança.

Dessa maneira, se a utilização de palavras é necessária para efetivar atitudes, não é surpresa que, para Lorde, de nada vale o silêncio. “A transformação do silêncio em linguagem e em ação” é como um manifesto para todas aquelas que já se calaram pelo medo das consequências e, assim, violentaram a si próprias. A favor do posicionamento como concreto mecanismo de ação, a autora reitera: “Meus silêncios não me protegeram. Seu silêncio não vai proteger você” (LORDE, 2020, p. 52). Expondo o texto para um painel de literatura e lesbianidade, afirma que é por meio da fala e da escuta que se pode reconhecer aquilo que nos aproxima e o que nos afasta.

E nos lugares em que as palavras das mulheres clamam para ser ouvidas, cada uma de nós devemos reconhecer a nossa responsabilidade de buscar essas palavras, de lê-las, de compartilhá-las e de analisar a pertinência delas na nossa vida. (LORDE, 2020, p. 55).

“Para começo de conversa: alguns apontamentos sobre as barreiras entre as mulheres e o amor” aborda a dificuldade estruturada pelo racismo, o machismo e a heteronormatividade para mulheres negras reconhecerem-se umas nas outras como companheiras de uma mesma causa (LORDE, 2020, p. 66). A união por afinidades em vez de uma separação pelos aspectos que se distinguem é um ponto que Audre Lorde reitera em *Irmã outsider* em diferentes momentos. Ela afirma, ainda, que esses aspectos diferenciadores – gênero, sexualidade, classe – não podem ser ignorados, também se devendo compreender como atravessam os indivíduos. E, a fim de um avanço na luta contra o racismo estrutural, esse posicionamento é entendido como primordial pela autora, tanto para homens negros quanto para mulheres negras.

Artigo citado com frequência, “Usos do erótico: o erótico como poder” amplia o debate do que deve ser entendido por “erótico”. Não diz respeito apenas ao sexo, muito menos à pornografia – que Lorde repudia –, mas sim àquilo de mais profundo e visceral do corpo da

mulher, invalidado pelo patriarcado branco. Lorde defende o erótico como mecanismo de retomada de empoderamento feminino, como ferramenta para o entendimento de si, de seus prazeres e vontades, a fim de não se contentar com o mínimo. Olhar para o erótico é sentir em sua completude, é ser preenchida por satisfação e validar o emocional como estruturante de nossas vidas. Pensar no erótico é, para a autora, ser honesta consigo mesma.

Os dois escritos que se seguem no livro, “Machismo: uma doença americana de *blackface*” e “Carta aberta a Mary Daly”, são respostas críticas e diretas de Lorde a produções de dois acadêmicos, respectivamente Robert Staples e Mary Daly. No primeiro, questiona o posicionamento de Staples de culpabilizar as mulheres negras pela masculinidade negra estar supostamente ameaçada, como é defendido no artigo escrito pelo sociólogo negro, “The myth of black macho: a response to angry black feminists”. Lorde aponta, ainda, como mulheres pretas, historicamente, são as que cuidam dos brancos e dos homens e familiares negros, mas pouco cuidam de si mesmas e de suas pares (LORDE, 2020, p. 78). Entretanto, são estas mulheres negras que são acuadas e criticadas pelos seus afetos – em certos casos, custando-lhe suas vidas. É necessário, afirma, que seja discutida dentro das comunidades negras a opressão masculina e a desvalorização direcionada às mulheres pretas, já que “uma opressão não justifica a outra” (LORDE, 2020, p. 80).

“Carta aberta a Mary Daly”, por sua vez, é uma divulgação de Lorde de uma carta que escreveu, em 1979, para Mary Daly – filósofa branca e feminista radical –, após quatro meses sem qualquer resposta. A correspondência surgiu de discordâncias que tinha com o livro recém-publicado por Daly, “Gyn/Ecology: the metaethics of radical feminism”, questionando a autora sobre a ausência de referências de deusas de religiões de matriz africana e do conhecimento de autoras não-europeias na argumentação do livro, juntamente com uma universalização do conceito de opressão patriarcal. Critica também a utilização dada por Daly dos trabalhos de estudiosas negras – incluindo a si própria –, por meio de citações convenientes para seu ponto de vista e apagamento da obra dessas estudiosas para uma ecologia feminista.

Mary, peço que esteja ciente de como isso serve às forças destrutivas do racismo e da desunião entre as mulheres – o pressuposto de que somente a história e a mitologia das mulheres brancas são legítimas e de que é a elas que todas as mulheres devem recorrer em busca de poder e de suas origens, e que as mulheres não-brancas e nossas histórias só são dignas de nota como ornamento ou como exemplo de vitimização feminina. (LORDE, 2020, p. 88).

Audre Lorde escreve “O filho homem: reflexões de uma lésbica negra e feminista” com o propósito de compartilhar e transmitir, ainda que com suas limitações, com outras mães lésbicas e mulheres suas observações sobre a maternidade, especialmente a criação de seu

filho, Jonathan (LORDE, 2020, p. 91). O filho cresceu devendo se encontrar em sua masculinidade a partir do referencial familiar predominantemente feminino, com mães lésbicas e uma irmã. Acima de tudo, as reflexões de Lorde se voltam para os princípios que tenta transmitir ao filho a respeito de seu papel como homem negro na sociedade. A autora demonstra que o papel da mãe é garantir a sobrevivência da criança, bem como dar seu amor, mas garantindo que se torne um adulto desprendido e emocionalmente independente (LORDE, 2020, p. 93). Para a autora, a vulnerabilidade e o sentir podem ser força.

Em “Uma entrevista: Audre Lorde e Adrienne Rich”, Lorde conta sua trajetória como estudante, professora, escritora e lésbica – suas dificuldades, suas oportunidades, seus anseios. Constata que a escrita, sobretudo para autores negros, é uma maneira de sobreviver, não apenas como construção do entendimento de si, mas também como potencial alicerce para uma reconstrução da própria identidade. Na entrevista, também fala a respeito das controvérsias que surgiram após a publicação de alguns de seus textos.

Fala crítica a seu convite para uma mesa-redonda em uma conferência, “As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande” denuncia os limites da voz de mulheres pobres, negras e do Sul global dentro do cenário acadêmico, que abre margem para suas presenças, mas apenas no espaço delimitado a elas. Seu discurso pontua a hipocrisia e escolha consciente das feministas acadêmicas brancas em invisibilizarem as perspectivas destas mulheres sobre os mais variados temas que concernem o movimento feminista, para além do debate de racismo estrutural. Indaga: “Qual a teoria por trás do feminismo racista?” (LORDE, 2020, p. 138). Assim, Lorde defende o reconhecimento e valorização da diferença com o propósito de incitar a troca e a criatividade.

Tema já expresso em seus outros trabalhos, o artigo “Idade, raça, classe e sexo: as mulheres redefinem a diferença” coloca em foco o entendimento da autora de que é a partir da diferença e da recusa do lugar-comum de aversão a ela que se é possível engajar na luta para mudanças sociais, políticas e econômicas. Audre Lorde nos alerta para o reconhecimento das posições opressoras que possuímos e da necessidade de nos responsabilizarmos por nossas ações e palavras, buscando por nossa própria conta aquilo que deve ser melhorado, aprendido e modificado em nós.

Em outras palavras, é responsabilidade do oprimido educar os opressores sobre seus erros. Eu sou responsável por educar os professores que ignoram a cultura dos meus filhos na escola. Espera-se que os negros e as pessoas do Terceiro Mundo eduquem as pessoas brancas quanto à nossa humanidade. Espera-se que as mulheres eduquem os homens. Espera-se que lésbicas e gays eduquem o mundo heterossexual. Os opressores mantêm suas posição e se esquivam da responsabilidades pelos seus atos. Há um constante dispêndio de energia, que poderia ser mais bem empregada numa

redefinição de nós mesmos e na elaboração de roteiros realistas para alterar o presente e construir o futuro. (LORDE, 2020, p. 142).

Além disso, Lorde ressalta a importância de se ler e estudar pensadoras negras, quebrando com padrões branco-eurocentrados da produção de conhecimento. Deve-se pensar na visibilização de perspectivas que não deveriam estar no lugar de *outras*, e sim de *inclusas*, como também no fato de que essas perspectivas partem de um lugar de dor silenciada, uma violência perpetuada pelo apagamento de suas histórias e da negação do reconhecimento como “pessoas inteiras” (LORDE, 2020, p. 146). Mais do que isso, considerando a maneira com a qual diferenças podem ser utilizadas para o afastamento, escreve sobre a lesbianidade e o auto-ódio entre mulheres negras (LORDE, 2020, p. 150). A respeito disso, Lorde retoma alguns pontos já abordados em “Para começo de conversa: alguns apontamentos sobre as barreiras entre as mulheres e o amor” e reitera o potencial destrutivo que uma concepção heteropatriarcal, de competição por homens e submissão, pode ter no distanciamento de mulheres pretas.

Se sentir é vital para efetuar qualquer mudança, a função da raiva é o operador central em “Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo”. Nessa apresentação, Lorde argumenta que a raiva ao racismo, à injustiça e ao silêncio pode e deve ser utilizada para transformações no âmbito social, seja na interlocução com mulheres feministas – brancas e negras –, seja na assimilação mútua daquilo que afeta e do que se pode gerar disto. Desse modo, a autora recusa a “culpa”, especificamente a culpa branca, como instrumento, uma vez que parte de um lugar de dita impotência, ou a perpetuação consciente de um sistema opressivo. Afirma, portanto, que “[q]uando damos as costas à raiva, damos as costas também ao aprendizado, declarando que vamos aceitar apenas os modelos já conhecidos, fatal e seguramente familiares” (LORDE, 2020, p. 164).

As figuras de Malcom X e Martin Luther King Jr. e os movimentos Black Power e a favor dos direitos civis foram marcantes para a década de 1960 nos Estados Unidos. “Aprendendo com os anos 1960” relembra as efervescências da década para a luta negra, pensando em suas contribuições, mas também em seus erros. Lorde analisa que há um legado dos anos 1960 para a consciência negra estadunidense, uma energia que moveu o país e a comunidade negra. Essa mesma energia, contudo, também foi utilizada para distanciamentos internos por discordâncias, e a autora ressalta o aprendizado com base nos que vieram antes para redistribuir a potência de vozes para aquilo que lhe é comum: a sobrevivência ao ódio do sistema patriarcal racista. Conscientes do legado de seus precedentes e compreendendo o

papel de cada um na luta de múltiplas opressões, constroem-se pontes e caminhos para um futuro.

A sensibilidade e fluência poética de Audre Lorde se mostram mais evidentes em “Olho no olho: mulheres negras, ódio e raiva”. Alternando entre relatos pessoais, fluxos de consciência, poesias, cartas e questionamentos sem respostas, a autora utiliza as palavras para tentar dar conta do incômodo mais profundo em si própria e em suas pares: a desconfiança, frustração e raiva de mulheres negras com mulheres negras. Marcada pelo racismo internalizado, pela figura da mãe e pelo espelho de si que há em cada mulher negra, Audre nos submerge em seu sentir e ser.

Não amamos a nós mesmas, por isso não podemos amar uma à outra. Porque vemos no rosto da outra o nosso próprio rosto, o rosto que nunca deixamos de querer. Porque sobrevivemos, e sobreviver gera o desejo por mais de si. Um rosto que nunca deixamos de querer, ao mesmo tempo que tentamos destruir. (LORDE, 2020, p. 195).

O último ensaio do livro, “Granada revisitada: um relato provisório”, é, como o primeiro, um relato de viagem, porém, dessa vez, para o país natal de sua mãe. Audre faz a viagem após a invasão estadunidense à ilha caribenha e descreve a situação de Granada antes, durante e depois da invasão, fortalecendo sua utilização da palavra América apenas com letra minúscula (LORDE, 2020, p. 53). Com seus propósitos armamentistas, econômicos, imperialistas e racistas, não há razões para consolidar uma América com “a” maiúsculo, que mascara sua violência ecoando “liberdade”.

Após a leitura de *Irmã outsider*, fica explícita a potência transformadora da obra de Audre Lorde para além da época em que escrevia. Seus incômodos em “Carta aberta a Mary Daly” e “As ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa-grande” atravessam a barreira temporal e espacial, do contexto estadunidense, e nos fazem refletir junto a ela: onde estão as autoras indígenas, pretas e latino-americanas nas ementas das disciplinas de nossas universidades? Serviriam elas apenas para ornamentar uma argumentação, sendo citadas brevemente para que a comunidade acadêmica permaneça na fácil posição de “impotência”? Ou, como adverte Lorde ao final de “A transformação do silêncio em linguagem e em ação”, iremos quebrar com os silêncios que ainda nos restam?

REFERÊNCIAS

LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

Milena Dias¹

A presente resenha trata do livro *Mulheres, Raça e Classe*, publicado pela primeira vez em 1981 e escrito pela autora Angela Davis, que foi uma filósofa, escritora e ativista estadunidense. Devido à constante luta que travou pelos direitos civis da população negra, foi presa vítima de um mal entendido e considerada uma das dez pessoas mais procuradas pelo FBI. Teve a sua inocência comprovada após dezoito meses de cárcere e se tornou autora de vários livros. Davis pode ser considerada uma das mulheres de maior relevância para os movimentos sociais que visam o combate às desigualdades de gênero, raça e classe, em todas as suas dimensões e extensões, além de exercer significativa proeminência nos estudos interseccionais.

Davis evidencia que as opressões de gênero, raça e classe não são entidades separadas ou hierárquicas em suas complexidades; ao contrário, são abusos entrelaçados que se combinam para sustentar os projetos de dominação de classe do modo de produção capitalista e escravagista. Tal projeto acarreta nas inúmeras revoltas e movimentos em prol dos direitos humanos, da justiça social e da abolição da escravidão, lutas estas principiadas por muitas figuras femininas negras, as quais nem mesmo são reconhecidas legitimamente pelos documentos da história oficial. Conforme Djamilia Ribeiro (2016), é fundamental pensar de que maneira ocorre a combinação e o entrecruzamento das opressões, pois, ao se entrecruzarem, mais formas de opressões são geradas. Logo, é necessário discutir e refletir sobre outras possibilidades existenciais.

No primeiro capítulo, intitulado *O legado da escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher*, Davis destaca que, embora a partir de 1970 o debate e a atividade intelectual sobre a escravidão tenham expandido nos Estados Unidos, nenhum pesquisador se dedicou a estudar especificamente a questão das mulheres escravizadas e suas experiências. A dedicação a este tema foi tida como crucial para a filósofa, a qual levou em consideração que poderia propiciar com tal discussão um amplo entendimento acerca da atual luta das mulheres negras e de todas as mulheres que buscam a emancipação.

Desse modo, algumas hipóteses são apontadas por Davis. A autora destaca que o sistema escravagista considerava todas as pessoas negras como unidades de trabalho

¹ Milena Dias Andrade Nascimento – Pós Graduada em Terapia Cognitivo-Comportamental pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante (FAVENI). Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário AGES - Email: milenadiaspsi@gmail.com.

lucrativas, independente do gênero (p. 17). Contudo, quando convinha aos senhores brancos, as mulheres negras, além de serem exploradas no trabalho, em condições equitativas às dos homens, eram vítimas de abusos sexuais e maus tratos que só poderiam ser direcionados a elas. Assim, quando era conveniente explorá-las em atividades frequentemente destinadas a homens, o gênero feminino não era posto em consideração, entretanto, quando o corpo da mulher poderia ser maltratado de forma apenas cabível à sua condição feminina, as escravizadas eram reduzidas a isto.

Apesar da crueldade, barbaridade, insanidade e desumanidade do sistema escravagista, Davis evidencia que o povo negro lutou e resistiu, por meio de fugas, sabotagens e revoltas. É demarcado que as mulheres e mães negras tiveram um papel relevante nas lutas de resistência, a exemplo de Margaret Garner, escravizada que preferiu matar sua filha do que permitir que a mesma alcançasse a vida adulta experienciando e sendo submetida à tragédia da escravidão.

Ao longo de sua obra, Davis elucida que várias mulheres brancas foram a favor da abolição da escravatura a partir da década de 1830. As mulheres brancas e pobres, que trabalhavam em fábricas, eram exploradas em suas condições de trabalho, bem como recebiam baixos salários, o que é destacado pela autora como um ponto de partida para que estas mulheres começassem a se comparar às escravizadas e se associassem à luta antiescravagista, embora fossem nominalmente livres e a supremacia branca ainda imperasse em suas mentalidades.

Essa aparente “percepção de justiça” das mulheres brancas é colocada em questão por Davis, ao passo em que a autora evidencia os conflitos que surgiram entre as mulheres brancas e os homens negros. Diante do iminente direito de voto aos homens negros, o qual as mulheres brancas não obtinham, as mesmas acreditavam que o sufrágio negro iria igualar a população negra às mulheres brancas, afirmando que o voto dos homens negros os tornaria superiores a elas. Essa concepção das mulheres brancas, indiscutivelmente racista, se revelou, sobretudo, na oposição das mesmas ao sufrágio negro.

Ao explicar sobre as questões de raça e classe no princípio da campanha pelos direitos das mulheres, Davis menciona que “(...) O movimento pelos direitos das mulheres foi principalmente inspirado – ou até mesmo provocado – pela intolerável supremacia branca no interior da campanha antiescravagista” (p. 62). Portanto, a luta antiescravagista contribuiu para que as mulheres brancas notassem a sua própria opressão. Esse é um ponto da obra que demonstra quão importante pode ser uma análise interseccional.

É explicado por Davis que, mesmo após um quarto de século da abolição da escravatura, muitas mulheres negras ainda trabalhavam na agricultura e não possuíam outras

oportunidades de trabalho que não fossem no campo ou realizando serviços domésticos para as famílias brancas, em condições que traziam o familiar aspecto da escravidão (p. 99). Nesse contexto, Davis chama a atenção para o fato de que, desde o período escravagista, o trabalho doméstico é visualizado como humilhante e degradante porque tem sido realizado ao longo da história, em significativa maioria, por mulheres negras, as quais são percebidas como imorais, inferiores e promíscuas. Logo, a desvalorização do trabalho doméstico tem sido sustentada pelo mito da promiscuidade e da inferiorização das mulheres negras.

Podemos observar, através de diversos trabalhos realizados no âmbito das Ciências Sociais, como esta perspectiva interseccional enriquece e afina as análises. Lorena Bezerra (2018), por exemplo, demonstra estatisticamente que não é possível pensar a pobreza no Brasil sem pensar no racismo e sexismo, tendo em conta que aparecem como categorias interrelacionadas, da mesma forma que o pensamento de Davis defende. Por isso, Bezerra (2018) relata que o feminismo negro e os estudos interseccionais contribuem e promovem mudanças positivas nas estruturas de dominação.

No Brasil, uma voz relevante dos estudos interseccionais é Lélia Gonzalez, que se responsabilizou por delinear um panorama acerca do entrelaçamento e manifestação das opressões de gênero, de classe e de raça no contexto brasileiro. O pensamento interseccional de Gonzalez (1984) contribuiu na reinterpretação do racismo no Brasil, o qual ela denomina de racismo à brasileira. Esta escritora, com o pensamento semelhante ao de Davis, destaca a partir das noções de psicanálise que a questão de preconceito racial no Brasil se refere a uma construção ideológica que desencadeia benefícios aos sujeitos brancos, estejam estes inseridos em qualquer classe social. Para Gonzales (1984), o privilégio racial é, para além de uma ideologia, um sintoma da neurose que perpassa a cultura do Brasil, que se considera uma sociedade branca ocultando a sua herança afrodescendente.

Partindo das discussões desenvolvidas ao longo dos capítulos do livro *Mulheres, raça e classe*, conclui-se que, para Davis, é imprescindível pensar não apenas em termos de classe, como é proposto pelo marxismo clássico, pois embora este seja um elemento importante, não é o único e nem o mais relevante para compreender a sociedade. É fundamental pensar em termos de gênero, classe e raça, com vistas a avançar na luta contra as multifacetadas formas de opressão e no alcance de uma sociedade mais justa, considerando que é inegável que essas três categorias se influenciam entre si e se interseccionam mutuamente.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, L. Gênero, Raça e Classe: um olhar interseccional sobre a violência simbólica no cotidiano da universidade. **Revista Feminismos**. Vol. 6, N.2, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs. p. 223-244, 1984.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. Sur: **Ensaio**s, 2016.

LORDE, Audre. (1985). **Sou sua irmã: escritos reunidos e inéditos de Audre Lorde**. São Paulo: Ubu Editora, 2020, 224 pp.

“Não quero ser tolerada nem chamada de algo que não sou”: Audre Lorde e a importância do reconhecimento da diferença em “Sou sua irmã”

Stefanie de Almeida Macêdo¹

“Nenhum de nós é livre para escolher condições de vida até que todos sejamos livres para escolher esses termos [...] sabemos que não precisamos nos tornar cópias uns dos outros para sermos capazes de trabalhar juntos. Sabemos que, quando damos as mãos ao redor de nossas diferenças, a diversidade nos concede um grande poder. Quando pudermos nos armar com a força e a visão de todas as nossas diversas comunidades, então, enfim, seremos verdadeiramente livres.”
(Audre Lorde)

Ganhando difusão no circuito literário e acadêmico brasileiro desde a publicação da tradução de “Irmã outsider” em 2019, Audre Lorde se apresenta como uma das vozes necessárias para compreendermos nuances importantes do feminismo negro e de pioneirismo no debate sobre a não hierarquização das opressões sociais. Nascida no Harlem, Nova York, em 1934, a escritora realizou sua formação acadêmica na área da biblioteconomia e dedicou-se ao trabalho com mulheres negras na construção de uma nova sociabilidade, tanto por meio de sua produção acadêmica ensaística quanto pela sua criação poética.

“Sou sua irmã” chega ao público brasileiro 35 anos depois de sua publicação original, em 1985, em meio a um esforço conjunto de quatro editoras para veiculação mais ampla do pensamento de Audre Lorde em nosso país a partir das traduções de ensaios, conferências, autobiografia e poesias presentes em “Entre nós mesmas” (1976/2020), “A unicórnica preta” (1978/2020) e “Zami, uma biomitografia” (1983/2021). Embora essa difusão só venha a ocorrer cerca de 30 anos após sua produção original, é flagrante o fato de o pensamento de Lorde já estar presente há mais tempo no interior de comunidades feministas negras, como destaca Djamila Ribeiro (2020), organizadora e apresentadora de “Sou sua irmã” (1985/2020), livro que conta com a tradução de Stephanie Borges.

A obra é organizada em três partes, as quais trazem temas que persistem em toda sua produção, como o reconhecimento da diferença enquanto potência criativa direcionada para a mudança, a necessidade de rompimento com o silêncio, a potência da linguagem poética e o

¹ Mestranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Membro dos grupos de pesquisa Psicologia e Teoria Crítica (Feirafurt) e Grupo Interdisciplinar de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Psicologia Social Crítica (Paralaxe). Contato: stefanieamacedo@gmail.com.

conhecimento de sentimentos como a raiva, por exemplo. Na primeira parte do livro, “Diferença e sobrevivência”, encontramos ensaios que ratificam a ideia de que uma opressão não justifica a outra. “Minhas palavras estarão lá”, a segunda parte da obra, é composta por resenhas e ensaios que versam sobre a sua experiência com a escrita e a questão da linguagem poética. Por fim, em “Uma explosão de luz”, encontramos os relatos da autora sobre a vivência com o câncer de fígado descoberto em 1984.

Audre Lorde se apresenta intensamente nesta obra como mulher negra mãe lésbica poeta professora – assim mesmo, sem vírgulas, como uma conjunção única, indivisível em cada uma dessas expressões, que devem ser tomadas em sua inteireza na construção de sua palavra e de sua identidade, elaboradas mutuamente. A importante pergunta “como nos organizamos em torno de nossas diferenças, sem negá-las ou lhes dar proporções explosivas?” (LORDE, 1985/2020, p. 19) ecoa nas reflexões desenvolvidas ao longo de todo o livro de forma perene e em uma reflexão constante sobre o reconhecimento.

No ensaio que nomeia a obra, a autora reflete sobre a ausência de homogeneidade em grupos identitários e encontra justamente nessas diferentes facetas a potência para um trabalho conjunto e criativo: as diferenças não devem ser ignoradas ou transformadas em um obstáculo intransponível desagregador, mas reconhecidas: “escolher definir minha diferença, assim como vocês devem escolher definir as suas, reivindicá-las e usá-las criativamente antes que alguém as defina por vocês e as use para erradicar qualquer futuro, qualquer mudança” (LORDE, 1985/2020, p. 44). Por isso:

Não podemos separar nossas opressões, ainda que elas não sejam as mesmas. Nenhum de nós será livre até que todos sejamos livres; e qualquer movimento por dignidade e liberdade também é um movimento por nossas comunidades, pelos irmãos e pelas irmãs, quer eles reconheçam isso, quer não. Entre nós, a diferença não deve ser usada para nos separar, e sim para criar energia para a mudança social ao mesmo tempo que preservamos nossa individualidade. E, embora tenhamos sido programados para olhar uns aos outros com medo e desconfiança (a velha tática de “dividir para conquistar”), podemos superar esse medo aprendendo a respeitar nossas visões de futuro mais do que os terrores do passado. E isso não pode ser feito sem um trabalho pessoal árduo e, às vezes, análises dolorosas da mudança (ibidem, p. 52).

Ao reconhecer a diferença entre os sujeitos, que apresentam marcadores identitários diversos que devem ser respeitados, reconhece-se também a semelhança dos objetivos para a construção de um futuro comprometido com a sobrevivência de nosso planeta e da humanidade. As diferenças não devem ser usadas como arma de separação e confusão. No processo de reconhecimento dessas diferenças, “precisamos falar sobre o que fazemos uns com os outros, não importa quais dores e raivas tenham de ser desenterradas com essas

conversas”, pois “somos importantes demais uns para os outros para nos desperdiçarmos em silêncio” (LORDE, 1985/2020, p. 114).

A relação com o futuro também se dá em reflexões tecidas sobre a infância. Longe de uma visão sentimentalista, Lorde apresenta uma perspectiva de responsabilização da maternagem como tarefa necessária para o fortalecimento da possibilidade de uma mudança social efetiva, seja pela via de discussão sobre as consequências das opressões, seja por uma instrumentalização das crianças frente a elas, como numa elaboração dos usos da raiva, tema recorrente em sua obra (LORDE, 1984/2019; 1985/2020). Os caminhos pelos quais estes circuitos de opressão podem ser rompidos são considerados passos importantes na construção de um horizonte comum, no qual haja evidência de quais são os propósitos implicados nessa mudança, já que, “se devemos criar nossas crianças para que sejam guerreiras, e não apenas bucha de canhão, no mínimo sejamos muito claras a respeito de qual guerra estamos lutando e qual será o formato inevitável que a vitória exibirá” (LORDE, 1985/2020, p. 28). É sobre a infância que também recaem as discussões sobre as violências reiteradamente sofridas pelas crianças negras e sobre a fome, pautas emergenciais na construção desse horizonte.

Se vemos na mulher negra a figura de maior exploração e desigualdade em nossa sociedade, também é na voz delas que encontramos as possibilidades de romper com as máscaras e mordanças sonoras, considerando que a opressão forma condições de resistência. E a linguagem poética é uma das formas pelas quais essa resistência acontece: “a poesia faz alguma coisa acontecer” (LORDE, 1985/2020, p. 106), ela oferece as bases para construção da *autodefinição* dos sujeitos, processo extremamente importante para as mulheres negras, que tomam sua identidade como ponto de partida (COLLINS, 2019). Por meio da poesia, Lorde (1985/2020) lida com sua inteireza e indivisibilidade, e alerta o quanto cada pedaço de si é imprescindível na construção dessa autodefinição:

Minhas amigas, sempre haverá alguém tentando usar uma parte de vocês e, ao mesmo tempo, as encorajando a esquecer ou destruir todas as outras. E aí vai um aviso: isso é a morte. A morte como mulher, a morte como poeta, a morte como ser humano. Quando o desejo por definição, de si mesma ou de outra, vier de uma vontade de limitação em vez de expansão, nenhuma face verdadeira será capaz de emergir. Porque qualquer ratificação do exterior só pode reforçar, e não fornecer, minha autodefinição (p. 89).

Por meio da escrita, um processo que é tanto de ensino quanto de aprendizagem, a poesia é tomada como a professora que ensina algo a partir do sentimento que é compartilhado, ensina a sobreviver, a pavimentar horizontes e a cavar boas trincheiras. E é por meio da poesia que emerge o “sinto, logo posso ser livre” (p. 109) em contraposição ao colonizador moderno “penso, logo existo”, implementando a liberdade por meio da expressão

linguística e se constituindo como “esqueleto arquitetônico da vida” (p. 108), numa imbricação inevitável entre a poesia e a vivência.

Também nesta obra, a autora aborda a questão das mulheres hifenizadas (afro-americanas, afro-alemãs, afro-asiáticas), tema que é apresentado com bastante nuance no documentário que acompanha sua vivência em Berlim entre os anos de 1984 e 1992 (SCHULTZ, 2012) e sua presença transformadora no reconhecimento de mulheres alemãs negras que não encontravam reverberação de sua identidade na realidade que viviam, encontravam-se desenraizadas. Para Lorde (1985/2020, p. 41), “conexões entre africanos e afro-americanos, afro-europeus e afro-asiáticos são reais, ainda que às vezes vistas de modo tênue, e todos nós precisamos examinar sem sentimentalismo ou estereótipo o que a injeção de africanidade na consciência sociopolítica do mundo pode implicar”. Embora estes grupos hifenizados sejam minorias nacionais, é necessária sua compreensão mais ampla enquanto sujeitos, como membros da diáspora africana que se encontram em todos os continentes, sendo a conexão por esta herança o aspecto mais importante da construção de uma comunidade global, por isso “a essência de um feminismo verdadeiramente global é o reconhecimento da conexão” (ibidem, p. 125).

O desgaste dos tratamentos e das consequências físicas e emocionais da descoberta do câncer contrastam com a força de uma mulher consciente de sua responsabilidade enquanto professora poeta humana, que se dedica ao compromisso de ratificar sua prática, seja em organizações, em aulas ou falas públicas, com uma postura destacadamente autoconsciente da imbricação radical entre o pessoal e o político em sua vivência. Nos diários compilados em “Uma explosão de luz” encontramos Audre Lorde (1985/2020) nas entrelinhas de uma dupla sobrevivência, relacionada tanto às consequências do câncer de fígado quanto às mazelas das opressões vividas pelo racismo. Em contato potencial com mulheres negras de nacionalidades diversas, volta a destacar a importância da diferença na construção, ressaltando a ideia de que “não importam que sejam as diferenças que dificultem a comunicação entre nós e outros povos oprimidos, como afro-americanas devemos reconhecer que representamos para alguns uma nova síntese social que o mundo ainda não experimentou” (ibidem, p. 150).

Como uma autora eminentemente interseccional, que considera o intercruzamento das avenidas identitárias e da vivência não hierarquizada das opressões sociais (AKOTIRENE, 2018), Lorde nos presenteia com debates profundos sobre temas ainda fortemente latentes nos tempos de hoje, como a necessidade de uma perspectiva anticolonial e o debate sobre um feminismo consciente de sua relação com as questões nacionais e mundiais, como nos

relembra também Angela Davis (2018, p. 99): “o feminismo envolve muito mais do que a igualdade de gênero. E envolve muito mais do que o gênero”.

Com as palavras de Lorde nos deparamos com a necessária complexificação dos debates sobre gênero, raça, orientação sexual, colonialismo, tudo isso mergulhado em uma profunda implicação com o poder da linguagem na construção do caminho para uma mudança social efetiva. Esta complexificação nos aproxima de debates que foram tecidos no solo brasileiro, por exemplo, como aqueles desenvolvidos por Lélia Gonzalez (2018) e Sueli Carneiro (2019), que abordam a forma como as diferentes formas de opressão se organizam e constituem a identidade nacional a partir de um ponto de vista feminista negro. Com as questões levantadas em sua proposição interseccional, Lorde nos aponta caminhos para a possibilidade de construção de um futuro de comunidade mais forte, com reconhecimento efetivo das diferenças.

A partir das ideias ratificadas pelo pensamento feminista negro, tradição a qual Lorde se filia, podemos remeter à fala de Conceição Evaristo trazida por Djamila Ribeiro (2018, p. 19), numa reflexão sobre o processo de silenciamento da linguagem decorrente do racismo em sua experiência: “nossa fala estilhaça a máscara do silêncio. Penso nos feminismos negros como sendo esse estilhaçar, romper, desestabilizar, falar pelos orifícios da máscara”. Sem dúvidas, encontramos nas palavras e na força de Audre Lorde a potência dessa voz, que ressalta como o sangue negro fala em verso, crítica e prosa.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida.** São Paulo: Jandaíra, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro.** São Paulo: Boitempo, 2019.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante.** São Paulo: Boitempo, 2018.

GONZALEZ, Lelia. **Primavera para as rosas negras:** Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana: 2018.

LORDE, Audre. (1978). **A unicórnica preta:** poemas. Belo Horizonte: Relicário, 2020.

_____, Audre. (1976). **Entre nós mesmas**: poemas reunidos. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

_____, Audre. (1984). **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

_____, Audre. (1985). **Sou sua irmã**: escritos reunidos e inéditos de Audre Lorde. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

_____, Audre. (198). **Zami, uma biomitografia**. São Paulo: Elefante, 2021.

OS anos de Berlin – de 1984 a 1992. Direção de Dagmar Schultz. Alemanha: Salzgeber & Co Medien. 2012. Mídia online.

RIBEIRO, Djamila. Apresentação. In: LORDE, Audre. (1985). **Sou sua irmã**: escritos reunidos e inéditos de Audre Lorde. São Paulo: Ubu Editora, 2020, p. 7-10.

_____, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação.** Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019. 356 p.

Tanielly Rosária Santos Silva¹

A obra *Olhares negros: raça e representação*, de bell hooks², foi publicada originalmente pela editora South End Press em 1992, nos Estados Unidos, com o título *Black Looks: Race and Representation*. No Brasil, a publicação ocorreu em 2019, pela editora Elefante, contando com o prefácio de Rosane Borges e traduzida por Stephanie Borges. As principais pesquisas e obras da autora são voltadas para as discussões de raça, gênero e classe (ELEFANTE, 2019).

bell hooks nasceu em Hopkinsville em 1952, uma cidade no interior do estado de Kentucky, nos sul dos Estados Unidos. Foi registrada como Gloria Jean Watkins, mas em homenagem à bisavó materna, adotou o pseudônimo pelo qual é conhecida. Para ela, nomes e títulos não têm tanto valor quanto as ideias, dessa forma, classifica seu pseudônimo como sinônimo de liberdade. Vinda de uma família bastante numerosa, bell hooks utilizou sua própria vida, sua vizinhança e a escola como fontes dos seus primeiros estudos. A autora formou-se em literatura inglesa na Universidade de Stanford, fez mestrado na Universidade de Wisconsin e realizou seu doutorado na Universidade da Califórnia (ELEFANTE, 2020).

O livro *Olhares negros: raça e representação* consiste em uma coletânea de ensaios críticos que pretende analisar narrativas culturais e, através delas, direcionar um olhar diferente sobre a negritude, a subjetividade de pessoas negras e a branquitude. Através de um enfoque dado ao espectador, com destaque para a maneira em que a negritude — enfatizando-se a representação de mulheres negras — surge e é tratada pela mídia em suas diversas esferas (literatura, música, televisão e cinema, principalmente), a autora busca, ao longo dos textos, promover reflexões e tensionamentos, com o objetivo de romper com a maneira tradicional com a qual raça e representação é trabalhada. Nesse sentido, bell hooks tece críticas bastante detalhadas aos produtos e dispositivos da indústria cultural, tais como programas de TV, personagens consagrados da cultura pop, livros e filmes, com destaque para esse último.

Já em seu prefácio à nova edição, a autora introduz o conceito de auto-ódio internalizado pelas pessoas negras e o associa ao consumo das representações depreciativas da cultura negra na mídia, principalmente na esfera popular. Nesse ponto, a autora insere uma crítica ao afirmar que, mesmo quando em posição de autoria e direção das produções, pessoas negras tendem a reproduzir

¹ Graduanda em História (licenciatura) pela Universidade Federal de Ouro Preto. Email: taniellysantos15@gmail.com.

² A autora opta pela escrita em minúsculo do seu nome, com a intenção de privilegiar as ideias e não sua personalidade. Dessa maneira, em respeito à sua escolha, seu nome aparecerá com iniciais minúsculas nesta resenha.

os padrões da cultura “(...) dominante imperialista, supremacista branca, capitalista e patriarcal” (HOOKS, 2019, p.25). De acordo com ela, mesmo quando esse padrão é quebrado e imagens libertadoras são criadas, permanece a dificuldade e a resistência em disseminar as novas visões, além do fato de que trabalhar dentro da estética racista limitante, sustentando-a, aumenta as chances de se alcançar dinheiro e popularidade na indústria cultural popular. Ao questionar a ausência de mudanças radicais na representação racial, ainda no prefácio do livro, bell hooks traz exemplos e começa a questionar o embranquecimento de artistas negros(as), além de apontar as consequências advindas quando alguém ousa recusar a estética supremacista branca e a consequente reprodução de estereótipos racistas. A autora afirma, na introdução, que os ensaios reunidos em “*Olhares negros: raça e representação*” são sobre identidade e constituem gestos de desobediência, pois se tratam de sua própria luta política para ampliar as fronteiras da imagem e encontrar palavras para expressar o que ela vê.

O primeiro capítulo do livro revela as dificuldades em torno da questão do amor pela negritude. Ao passar por definições como o “auto-ódio”, bell hooks traça uma série de situações em que busca explicar as origens desse obstáculo, fundamentalmente relacionado ao colonialismo e à supremacia branca. A autora argumenta que, para dar fim a esse processo, aprender a amar e a valorizar a negritude e desaprender os valores e atitudes do grupo hegemônico, faz-se necessário desconstruir a categoria “branquitude”. Pois, de acordo com a autora, ao fazê-lo, os brancos também se beneficiam nesse processo. O caminho para a desconstrução dessa branquitude e, por consequência, do racismo, se dá, por vezes, através de workshops que buscam mostrar às pessoas brancas que elas também são feridas por essa violência — ou seja, colocando-as mais uma vez no centro da discussão. De acordo com hooks, no entanto, esse direcionamento construído na narrativa de vitimização compartilhada é perigoso, pois mantém o branco na posição de protagonista, ao mesmo tempo em que dificulta a compreensão do impacto da dominação racista na vida daqueles que são realmente marginalizados. Além disso, na maioria das vezes, aqueles que não sofrem com essa dominação, normalmente lucram através dela, o que só comprova o equívoco dessa linha de pensamento. Contudo, a autora enfatiza a importância de reconhecer o papel possível da branquitude na luta antirracista, que não precisa, no entanto, estar estruturada na experiência compartilhada, mas “(...) Pode estar enraizada no entendimento ético e político do racismo e da rejeição à dominação de alguém” (HOOKS, 2019, p. 52). Nessa mesma linha, bell hooks também busca elucidar as diferenças entre sentimentos preconceituosos e racismo, visto que esse último está ligado a uma estrutura dominante que detém poder. Em vista disso, defende que, para alcançar a valorização da identidade negra, antes faz-se necessário romper com a autonegação que oculta o quão profundo é o auto-ódio dos negros, sendo necessária uma cura através da consciência. Dessa

maneira, ao amar a negritude como resistência política, torna-se possível alterar nossas formas de ser e ver e, conseqüentemente, lutar contra as forças de dominação que ceifam as vidas negras (HOOKS, 2019).

No segundo capítulo da obra, bell hooks aborda a forma como o desejo pelo Outro é expressado ao afirmar que, mesmo quando vulnerável à sedução da diferença, à Outridade, o sujeito que detém o poder não precisa abdicar de sua posição dominante de maneira definitiva. Isso se deve ao fato de que, para o grupo dominante, as escolhas sexuais se pautam, muitas vezes, na categoria de raça e etnicidade. Desse modo, as relações se dão como se eles estivessem apenas experimentando algo “diferente”, confrontando o Outro e deixando a “inocência branca” no passado, tendo em vista que pessoas não brancas são colocadas sob o estereótipo de sedutoras e experientes — no sentido mundano e sexual da palavra. Por vezes, negando sua responsabilidade e conexão histórica, a atitude de se relacionar sexualmente com o indivíduo de pele escura é interpretada pelo grupo branco dominante como uma forma de transgressão à norma racista e como forma de amenizar a culpa, já que, aparentemente, não fazem isso com o intuito de dominar. A autora argumenta ainda que, ao ter dificuldade em se aproximar do Outro, o branco encontra o caminho na indústria consumidora. Através de uma visão de caráter antropofágico adotada pela branquitude, hooks exemplifica sua teoria com produções cinematográficas que são focadas na ideia do “primitivo” e de como elas fortalecem estereótipos racistas. Uma vez que apresentam uma narrativa que priorizam poder e prazer, a autora também traz uma discussão acerca da representação negra masculina nas produções televisivas, ao apontar o quanto estas negam a dor dessas pessoas, fenômeno que se faz presente também no rap.

Através de um diálogo estabelecido com Audre Lorde, em seu terceiro capítulo, bell hooks também descreve a raiva e a rejeição de mulheres negras quando se olham no espelho e, conseqüentemente, quando olham umas para as outras. Esse reflexo, por sua vez, evoca uma imagem que as torna incapazes de reconhecer e valorizar o próprio ser e, por conseguinte, outras pessoas negras. Para compreender de maneira mais aprofundada e cuidadosa o tensionamento que a autora traz nesse momento basta analisar, através de uma perspectiva histórica, a constituição das sociedades, que têm o racismo como estrutural e estruturante. Estrutura essa que deprecia e imputa ao sujeito negro atributos negativos desde seu nascimento. Por meio da consciência política, no entanto, que não é um processo simples e rápido — tendo em vista que essa rejeição é fundamentada em um sistema racista e machista —, a autora afirma ser possível alterar essa realidade para um “(...) processo de empoderamento que possibilita que nos olhemos nos olhos, que nos cumprimentemos com solidariedade, irmandade e amor” (HOOKS, 2019, p. 99). Estabelecendo um contraponto, a autora questiona essa experiência negativa das mulheres negras,

trazida por Lorde em seu ensaio “*Olho no olho: mulheres negras, ódio e raiva*”. Para hooks, é necessário lidar com os diferentes contextos e realidades culturais, pois, ao não fazê-lo, corre-se o risco de criar erroneamente uma realidade “autêntica” da mulher negra que, por sua vez, transforma em *outsider* aquela que foge à regra.

Ao abordar a maneira como as narrativas de mulheres negras são criadas na ficção, bell hooks questiona os limites presentes nessa construção. De acordo com ela, embora as mulheres negras venham a se tornar “sujeitas” nessas narrativas, elas não se tornam sujeitas radicais. A autora traça diversos exemplos e, dentre eles, o da personagem Celie em *A cor púrpura*, de Alice Walker. No livro, a protagonista, após obter sucesso como empreendedora capitalista, se liberta de um ambiente doméstico violento e patriarcal e é recolocada em um mesmo contexto de relações domésticas no fim do livro, porém não mais abusivas. Aqui, a autora aponta que essas mulheres se libertam de limites impostos pelos outros, mas definem outros limites impostos por si mesmas. Ou seja, não se configuram necessariamente como feministas ou ativistas pelos direitos civis, não adotam uma postura radical de luta coletiva.

No que diz respeito às representações da sexualidade da mulher negra no mercado cultural, em seu quarto capítulo bell hooks chama a atenção para a maneira em que a presença dos negros, nos primórdios da sociedade estadunidense, permitia que “os brancos sexualizassem seu mundo projetando nos corpos negros uma narrativa sexual dissociada da branquitude” (HOOKS, 2019, p. 131). A partir disso, a autora utiliza o exemplo de Sarah Baartman que teve durante cinco anos, seu corpo nu exposto em diversas ocasiões e, mesmo após a morte, teve as partes mutiladas do corpo utilizadas como objeto de estudo, comprovando a visão exótica e desviante tida sobre esses corpos. Apesar de reconhecer que na contemporaneidade os corpos negros não sejam mais lidos como sinal “natural de inferioridade” racial, hooks chama atenção para o fascínio que a branquitude insiste em manter por bundas que — nessa linha de pensamento —, quanto mais avantajadas, maior a indicação de sexualidade elevada. De acordo com ela, na música popular são realizadas tentativas de desafiar as presunções no sentido de questionar a inferioridade, mas a bunda permanece como símbolo sexualizado e mantém, por sua vez, os olhares racistas e machistas.

Ao adentrar no imaginário racista do século XX, através da imagem de estrelas como Naomi Campbell, Tina Turner, Josephine Baker e outras, bell hooks apresenta a maneira persistente como esses corpos são extremamente objetificados. Ao fazer referência a essas personalidades, a autora destaca algumas trajetórias também marcadas pela violência e por relacionamentos abusivos. Nesse sentido, é interessante pontuar que as vivências das mulheres negras são também permeadas por uma solidão que vai além dos relacionamentos amorosos e se desdobra em âmbitos como o familiar, o escolar, o acadêmico e até o das amizades. Além disso, elas se sentem muitas vezes solitárias por

não se verem representadas na mídia e, quando acontece, é colocada uma camada de sexualização sobre esses corpos. Com isso, sua autoestima é profundamente afetada, o que as torna mais vulneráveis a relacionamentos abusivos, como os que são citados por hooks. Através da criação de imagens que diminuem a importância desses corpos e os tratam como descartáveis, por vezes essas imagens são capazes de penetrar e serem absorvidas pelo pensamento dessas mulheres. Nesse sentido, a autora explora cuidadosamente a maneira com a qual diversas artistas negras se apropriam desses “estereótipos negativos” no intuito de “(...) garantir o controle sobre a representação ou, no mínimo, colher seus lucros” (HOOKS, 2019, p. 136). De acordo com hooks, existem poucos filmes que exploram a sexualidade de mulheres negras de forma disruptiva. Como contraponto, a autora também destaca produções como o curta-metragem *Dreaming Rivers* (1989) e o filme *The Passion of Remembrance* (1986), além de diretoras como Kathleen Collins, que oferece olhares opostos à visão tradicional da sexualidade de mulheres negras.

No quinto capítulo do livro, bell hooks adentra a situação vivida por Anita Hall, uma mulher negra, em suas denúncias de assédio sexual contra o juiz Clarence Thomas. Conforme ela relata o ocorrido e reflete sobre ele, pode-se perceber a construção de uma crítica ao patriarcado supremacista branco capitalista que, por meio de seus mecanismos, possibilitou que Thomas, um homem negro, pudesse se beneficiar desse sistema (mesmo que provisoriamente) e desacreditar uma mulher negra. Em vista disso, a autora defende a necessidade de que, para cumprir com a agenda progressista defendida pelo feminismo, sejam tomadas posições radicais e ativas. Do contrário, as políticas conservadoras serão plenamente capazes de impedir a construção de uma sociedade mais justa e democrática (HOOKS, 2019).

O capítulo sexto da obra, “reconstruindo a masculinidade negra” merece ser destacado. Pois, ao trazer a discussão proposta pela autora para um cenário amplo e atual, torna-se possível observar que muitas de suas críticas nesse aspecto cabem, por exemplo, ao feminismo branco hegemônico. Esse, por sua vez, enxerga o homem negro a partir de uma lente absolutamente racista, depositando sobre ele uma série de características negativas e estereotipadas (agressivo, bruto, criminoso) e, portanto, simplistas e preigosas. Ao apresentar a maneira em que a imagem do homem negro é trabalhada pela mídia, bell hooks aponta e critica o quanto essas imagens são superficiais e carregadas de mitos e estereótipos, e também apresenta possibilidades mais complexas e reais.

No início do ensaio, hooks relata a vivência de seu irmão e a insistência do pai em uma criação marcada pela masculinidade patriarcal, à qual o irmão rejeitou o máximo que pôde. Ao sair do sul dos Estados Unidos e ingressar na universidade, bell hooks relata sua surpresa ao descobrir que, ali, as vivências reais dos homens negros que ela conheceu de perto eram desconhecidas para a cultura branca. Naquele ambiente, a masculinidade negra era tratada de maneira homogênea e

pouco complexa. Contrariando a historiografia que comprova que homens negros eram a “(...) espinha dorsal da economia escravagista” (HOOKS, 2019, p.176), as representações dos séculos XIX e XX reforçam uma figura caricata e alcoólatra. Segundo a autora, essa é a maneira que a branquitude racista encontrou de apagar as contribuições do trabalho do homem negro da consciência pública e, posteriormente, esse estereótipo seria — e ainda é — usado para a negação de empregos a essa parcela da população.

A autora também afirma que pessoas negras precisam questionar as articulações que a cultura branca faz para enquadrar o homem negro dentro do machismo, da misoginia e do falocentrismo. Tais representações só contribuem para reforçar o ideal do homem negro bruto e estuprador. Ao considerarmos o papel fundamental que a mídia exerce sobre o imaginário popular, influenciando-o em sua interpretação do real, representações estereotipadas sobre a figura do homem negro são extremamente perigosas, refletindo inclusive nas justificativas para o assassinato, criminalização e encarceramento em massa de homens negros em sociedades como a estadunidense e a brasileira. Por fim, bell hooks também reconhece e insere na discussão a necessidade urgente de uma ruptura com os posicionamentos misóginos dentro do movimento negro e, para isso acontecer, é necessário que os homens negros se oponham ao machismo. De acordo com ela, a responsabilidade coletiva é indispensável para o combate às mais variadas formas de opressão, para que os homens negros sejam capazes de reconstruir sua masculinidade sem ignorar a presença das mulheres negras, respeitando-as e lutando por uma liberdade em comum.

No sétimo capítulo do livro, “o olhar opositor: mulheres negras espectadoras”, bell hooks se refere ao período escravocrata e à maneira como pessoas negras escravizadas eram punidas por simplesmente olhar. Ao trazer esse panorama traumático, a autora nos convida a pensar em como essa política da escravidão pode influenciar, ainda hoje, na criação de crianças e na atitude das pessoas negras enquanto espectadoras. hooks acredita que as tentativas feitas no sentido de reprimir nosso olhar tenham desencadeado um olhar opositor, capaz de criar um anseio por mudar a realidade. Ao se referir aos críticos que trataram de olhares negros, a autora afirma que esses se preocupavam, predominantemente, com as questões de raça e racismo presente nas representações criadas pelos brancos. Ignoravam, porém, as questões de gênero.

Nesse ensaio, hooks também estabelece uma diferenciação entre os olhares do homem negro espectador e da mulher negra espectadora. O silêncio que vinha dessa última como espectadora servia para reafirmar a existência de uma indústria cinematográfica que constrói, em seu início, a presença da mulher negra como ausência; o que perpetua a supremacia branca. Desse modo, mesmo quando existe a presença desses corpos nas produções artísticas cinematográficas, eles são colocados no lugar de servidão, de manutenção da mulher branca como objeto do olhar falocêntrico.

Ao entrar em contato com essas obras, mulheres negras só são capazes de apreciá-las se ignorarem o racismo presente em cada uma delas, do contrário, essa tensão pode causar dor. A partir disso, hooks oferece diversos exemplos e discute a maneira pela qual as mulheres negras desenvolveram um olhar crítico e opositor a partir da recusa em se identificar com a construção da feminilidade branca, capaz de criar espaço no cinema para a produção de uma teoria que contemple a experiência da espectadora negra.

No oitavo capítulo, “Filmes de Micheaux: celebrando a negritude”, bell hooks apresenta a maneira disruptiva, desafiadora e contra-hegemônica que o diretor trazia a representação de pessoas negras no cinema. Em suas obras, ele não se limitava a apresentar uma visão positiva da negritude, mas transmitia toda sua complexidade. Na sequência, a autora apresenta o contexto que possibilitou a ascensão das identidades do *crossdressing* e da *drag queen*, discutindo como se deu e qual foi o seu impacto.

Ao refletir sobre a maneira que algumas pessoas brancas se relacionam com a negritude, bell hooks tece em seu décimo capítulo, “Madonna: Amante da casa-grande ou irmã de alma?”, uma crítica que problematiza a forma como esse amor declarado à negritude pode servir para encobrir um verdadeiro sentimento de inveja. A apropriação que artistas como Madonna fazem da cultura negra demonstra, na verdade, uma tentativa de serem “diferentes” e radicais ao se permitirem uma aproximação com a negritude considerada “indecente” e da qual a branquitude, no geral, se mantém afastada. Ao fazê-lo, Madonna se apropria dessa cultura e a transforma em objeto de seus anseios. Essa aproximação movida pela inveja, no entanto, é “(...) capaz de destruir, apagar, dominar e consumir o objeto de seu desejo” (HOOKS, 2019, p. 281).

Com essa problematização, em seu penúltimo capítulo bell hooks estabelece uma discussão sobre como a branquitude é interpretada no imaginário da população negra. Nesse sentido, o auto-ódio faz-se imprescindível para entender essa dinâmica, tendo em vista que o sistema hegemônico de dominação surgido com o imperialismo e o colonialismo é o causador desse repúdio à negritude, ao Outro. Segundo a autora, mesmo ao adotar um posicionamento que tenta se aproximar e imitar, de certa maneira, a branquitude, pessoas negras fazem isso por medo. A realidade do branco é uma realidade que fere e nega, portanto, ao se aproximarem, pessoas negras tentam — mesmo que de maneira inconsciente — se proteger.

No último capítulo, hooks aponta caminhos possíveis para a superação do sistema hierárquico capitalista de poder branco. Para isso, ela estabelece conexões que aproximam três grupos: os americanos nativos, os afro-americanos e os indígenas negros. Ao afirmar que a supremacia branca suprime o conhecimento acerca das conexões entre indígenas e africanos nas instituições de ensino, a autora chama atenção para o epistemicídio presente nelas. Além disso, ela

também fala sobre a maneira que os indígenas são representados nos filmes e na televisão, através de personagens fortemente estereotipados. Desse modo, é possível concluir que ambos — negros e indígenas — são afetados por essas imagens deturpadas. Por fim, a autora afirma que a busca pela história que tenta resgatar esse passado ancestral, como acontece na obra *Black Indians*, é capaz de ajudar no processo de resistir à dominação. A partir disso, torna-se possível “(...) erradicar a dominação e transformar a sociedade” (HOOKS, 2019, p. 341).

Em suma, a autora traz em sua obra um olhar crítico sobre o sistema de poder que privilegia o opressor branco: a branquitude. Para isso, a autora evoca imagens e representações diversas da negritude presentes no mundo midiático, se posicionando com críticas que se desdobram em análises da própria sociedade. Por meio de uma linguagem acessível, bell hooks conseguiu abordar com maestria debates acerca dos conflitos raciais existentes na sociedade, tida por muitos como igualitária. E, apesar de tratar sobre a realidade estadunidense, ao tensionar o status de universalidade da branquitude, por exemplo, torna-se possível pensar nesses olhares também no cenário brasileiro. Pois, em um país moldado sobre a falácia da democracia racial, em que o racismo se reinventa todos os dias na mídia e fora dela, — através de um sistema que garante privilégios materiais e simbólicos — criando imagens capazes de controlar e oprimir o sujeito negro, expor e criticar a branquitude torna-se fundamental. Além disso, a autora trabalha com um arcabouço cultural e histórico muito amplo, o que faz da obra, também, uma excelente fonte de pesquisa e aprofundamento para estudantes e profissionais do campo historiográfico, antropológico e das ciências humanas como um todo.

REFERÊNCIAS

BREDA, Tadeu. bell hooks, por favor. **Elefante**. [Blog Internet] Acesso em 17 de abril de 2021. Disponível em <https://elefanteeditora.com.br/bell-hooks-por-favor/>

BREDA, Tadeu. Quem é bell hooks?. **Elefante**. [Blog Internet] Acesso em 17 de abril de 2021. Disponível em <https://elefanteeditora.com.br/quem-e-bell-hooks/>

HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.